

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM QUATRO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE

-----No dia quatro de dezembro de dois mil e vinte, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Documentos Previsionais para os anos 2021-2025; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2021; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----4. *Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2021 (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----5. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2021; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----6. *Transferência de competências para as freguesias do concelho; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----7. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento);*-----

-----8. *Contratação empréstimo a médio /longo Prazo para investimentos, até ao limite de 3.500.000,00 €;*-----

-----**8.1)** *Aprovação de investimentos a financiar – parte final do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----**8.2)** *Aprovação da repartição de encargos dos investimentos a realizar; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----9. *Pedido de autorização de contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Arrimal / Mendiga para apoio à construção da casa Mortuária da Arrimal; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----10. *Pedido de autorização de contrato interadministrativo com a Freguesia da Calvaria de Cima para apoio na substituição de telhado do Centro de Saúde de Calvaria de Cima; (Apreciação, discussão e Votação);*-----

-----11. *Transferência de competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de*

714

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, no domínio da Saúde, ano de 2021 – Proposta (Apreciação, discussão e Votação);-----

-----12. Transferência de competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, no domínio da Educação, ano de 2021 – Proposta (Apreciação, discussão e Votação);-----

-----13. Relatório do Auditor Externo sobre as contas do 1.º semestre de 2020 – Apreciação;-----

-----14. Pareceres para candidaturas no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - 3.ª Geração (PARES 3.0) - CASSAC, Cercilei e Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós; (Apreciação, discussão e Votação);-----

-----15. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação) -----

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Antonio Pereira Carvalho (PS), Antonio Manuel Sousa Pires (PSD), Maria Goreti Fino Domingues (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Liliana Carvalho Pereira (PS). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS), Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Sandra Maria da Silva Martins (PSD)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão fazendo votos de boa saúde para todos os presentes e suas famílias. Atendendo à evolução da situação epidemiológica, o senhor Presidente da República procedeu, no dia 6 de novembro à declaração do estado de emergência. O Decreto nº 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros veio limitar a circulação de pessoas na via pública, a partir das 23 horas. Nesta conformidade, houve necessidade de alterar a hora desta sessão da Assembleia Municipal, já convocada para as 19 horas, conforme o Regimento. Após contacto telefónico com os senhores líderes das bancadas, e ouvida a mesa, decidiu-se iniciar os trabalhos as 18 horas. Face às limitações existentes, a Assembleia Municipal irá terminar às 22 horas e 45 minutos, para que todos possam estar em suas casas às 23 horas em cumprimento do estipulado pelo estado de emergência, pedindo a todos a melhor compreensão. Desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. -----

-----Seguidamente, deu-se início ao período de intervenção do público.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Márcio Rafael e Telmo Conceição inscreveram-se para o efeito.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Telmo Conceição, Porto de Mós:**-----

-----Usando da palavra, cumprimentou a senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes. Continuou depois dizendo que o assunto que o trás aqui hoje é atual e que lhe diz diretamente respeito, mas sempre com o objetivo de melhorar um processo que tem a ver com o Orçamento Participativo. Disse que entrou neste processo para aprender pois desconhecia este assunto totalmente e chegou à conclusão de que após uma determinada fase, em vez de aprender foi confrontado com uma guerra, sem conhecer o inimigo. Disse depois que das catorze propostas apresentadas, foram elegíveis quatro, sendo que três são repetidas de anos anteriores. Após uma nova revisão foram classificadas duas. Quando entrou neste processo, disse, que a primeira coisa que fez, foi ler o regulamento que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, e que no seu artigo 2º define os objetivos, passando a enumerá-los e referindo ser com tristeza que constatou que estes objetivos não foram alcançados, porque enquanto houve propostas que foram analisadas à luz da lei, enquanto outras, nas mesmas circunstâncias, a lei não contou para nada. Continuou dizendo que um dos obstáculos que qualquer munícipe tem, é ter a capacidade de fazer a diferença entre a competência de realização de uma obra pela Câmara Municipal ou de uma Junta de Freguesia, passando a exemplificar. Os passeios pedonais, está escrito na lei, que são da competência da Junta de Freguesia, mas ainda recentemente, na sua freguesia, foi feita uma obra de construção de um passeio pedonal, que face ao valor da obra foi feita pela Câmara Municipal e não pela Junta de Freguesia Referiu ainda que o valor do Orçamento Participativo é de setenta e cinco mil euros, exortando todos os Presidentes de Junta a motivarem os seus munícipes para que no próximo ano, apresentem uma obra de vulto para a sua freguesia. Referiu ainda que em todo este processo existe uma situação que o deixa algo magoado e que se traduz na falta de diálogo, pois não foi ouvido pela comissão de avaliação, não tendo tido também o prazer de conversar com os outros proponentes para avaliar as dificuldades que tiveram, o projeto que elaboraram, etc...etc., pensando que isso seria uma riqueza pessoal. Em conclusão, perguntou ao senhor Presidente se está preparada uma sessão pública para apresentar a proposta vencedora e se nesse momento também ser apresentado um relatório publico, da forma como decorreu todo este processo, pois considera que este processo, como decorreu este ano, está ferido de morte.-----

-----**Márcio Rafael, S. Bento:**-----

-----Iniciou a intervenção cumprimentando a senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes. No uso da palavra, disse que o que o trazia a esta Assembleia Municipal era querer agradecer ao executivo municipal uma promessa que fez, e que nunca acreditou que pudesse ser cumprida, e que tinha a ver com a colocação de água em Fontainhas, na freguesia de S. Bento, dando-lhe ainda os parabéns pela intervenção que tem tido naquela freguesia e pela coragem de ter vindo a investir na freguesia de S. Bento que estava esquecida há alguns anos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente disse que queria dar uma breve nota sobre o Orçamento Participativo, dizendo que foi uma novidade deste executivo, e que ainda bem que está a ser discutido, pois foi um compromisso que o executivo assumiu desde o início. Este é um compromisso que visa fazer aquilo que está na sua génese, ou seja, colocar a comunidade a poder pensar em projetos que até aqui ainda não foram pensados nem pelas Juntas de Freguesia nem pela Câmara Municipal. Por isso é que tem um regulamento associado, e é dele que decorre a elaboração de uma lista de propostas que são postas a votação, daí decorrendo um resultado final. A votação deste ano será divulgada brevemente e a Câmara Municipal de Porto de Mós irá continuar a assumir aquilo com que se comprometeu desde o início. Irá ser anunciado o vencedor do ano em curso e inaugurar a obra vencedora do ano anterior. Referiu ainda que este é um documento evolutivo, que está sempre disponível para ser alterado. O que não pode é ser alterado à medida ou conveniência de cada pessoa. Foi feita este ano uma alteração ao Orçamento Participativo por se ter verificado que havia algumas coisas que deviam ser ajustadas, mostrando-se disponível para se proceder a alterações quando se verificarem os pressupostos para isso. Quanto à freguesia de S. Bento, agradeceu as palavras de Márcio Rafael, dizendo que de facto se está num processo de conclusão do abastecimento de água a S. Bento, estando em curso os projetos para as aldeias de Paiã e Casal de Santo António. Logo que estes estejam prontos, serão lançados os concursos para a execução das obras, para que, finalmente se possa dizer que o concelho de Porto de Mós, é um concelho integralmente servido de água à sua população.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 3 da sessão ordinária** realizada em 25.09.2020, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos à mesma, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente passou a usar da palavra, dizendo que queria propor à Assembleia Municipal o seguinte voto de pesar, que a seguir se transcreve:-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faleceu no dia 19 do passado mês de novembro, o senhor João Volante Pereira Cordeiro, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, em funções, entre 1975/79 e 1994/1998. Pelos serviços prestados à comunidade de Serro Ventoso, enquanto autarca, e pelas atuais contingências da Covid 19, não terem permitido qualquer representação do Município e da Assembleia Municipal no seu funeral, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

-----1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Volante Pereira Cordeiro;--

-----2. Manifestar as mais sentidas condolências à sua família, transmitindo-lhe o teor deste voto de pesar."-----

-----Seguidamente pôs a votação o Voto de Pesar acima transcrito, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Continuou, dizendo que, na ultima Assembleia Municipal referiu que se estava pior no que diz respeito ao Covid 19, e hoje, diz, que "se está pior do que na ultima Assembleia Municipal. Este corona vírus, e uma ameaça para o mundo e só poderá ser vencida protegendo-nos, e a toda a comunidade que nos rodeia. E fundamental confiar nas informações oficiais, não nos deixando influenciar por boatos ou opiniões que só contribuem para alarmar. Os maiores especialistas, estão ainda hoje muito longe de saber muito sobre este corona vírus. Nos temos um papel importantíssimo pelas decisões que tomamos e pela informação que damos. Sabemos que o nosso concelho está a atravessar um período menos bom. Queremos manifestar a nossa preocupação e a nossa solidariedade e referir que todos estamos atentos." Neste sentido, solicitou ao senhor Presidente da Câmara, que informe sucintamente, sobre o estado do concelho nesta área do covid 19 e qual o plano de atuação para combater esta nova vaga.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, passando a dizer que neste momento, há no total, com referência ao dia de ontem, 232 casos ativos desde o início da pandemia, a grande maioria, registados neste último mês de novembro. Disse depois que houve há relativamente pouco tempo, um surto num lar em Alqueidão da Serra, tendo havido de imediato ação pronta, querendo deixar uma nota, sobre como os profissionais daquela ERPI, Alexandrina Bartolomeu, não só cuidaram dos seus idosos, dentro de portas, felizmente sem necessidade de nenhuma hospitalização, bem como quanto àqueles profissionais que dão apoio e assistência àquele lar, que de uma forma abnegada, se disponibilizaram, 24 sobre 24 horas, durante, praticamente 15 dias, para resolverem o problema. Felizmente este problema está sanado querendo acreditar que o pior já passou neste lar. Acrescentou ainda que o concelho sofreu muito com o impacto no lar de Minde, porque existe um número significativo de utentes do concelho nesta instituição e também muitos profissionais. Mais recentemente verificou-se um surto no Lar da Cruz da Léguas, que está a gerar muita preocupação. Neste momento, estão identificados 19 casos, 10 profissionais e 9 utentes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os utentes têm vindo a ser testados, voltando a sê-lo durante a próxima semana. Esta, como as outras instituições do concelho, têm vindo a ter visitas sistemáticas, algumas até semanalmente, por parte da equipa que foi constituída, dela fazendo parte a senhora Vereadora da Saúde, o coordenador da Proteção Civil, o representante da Autoridade de Saúde e também o representante da Segurança Social. Tratam-se de visitas pedagógicas, mas também de validação, verificação, de questionar, através de uma grelha que foi criada, um conjunto de pressupostos que têm de ser cumpridos. Disse ainda que esta instituição cumpria todos os pressupostos, tratando-se de uma instituição com muito cuidado a lidar com este vírus e com esta pandemia. Da parte do município, age-se como sempre se agiu, com desinfeção dos espaços exteriores e também com a desinfeção imediata dos espaços interiores. Há também um conjunto de atividades, sendo algumas desenvolvidas pelo município, e outras através da Comunidade Intermunicipal que são transversais aos dez municípios da Comunidade, como e o caso de uma candidatura ao programa MAREES para a criação de uma brigada de intervenção rápida, que vai começar na próxima semana a funcionar com doze pessoas. A brigada da Segurança Social foi acionada e foi colocada no Lar da Cruz da Légua. Para além destas questões, disse que o município distribuiu os testes rápidos por estas instituições e as primeiras infeções a serem detetadas foram precisamente através dos testes rápidos, na Cruz da Légua. Em Alqueidão da Serra, da mesma forma, o município disponibilizou testes sempre que necessário. E ainda importante referir que na CIMRL foi criado um hospital de retaguarda, tendo sido feito um protocolo com o Seminário de Leiria, sendo o valor do aluguer mensal suportado pelos municípios e depois pelo pagamento dos utentes. Quem não tenha necessidade de estar dentro do hospital mas que precise de cuidados médicos, não havendo condições para ter alta ou para ir para a instituição, irá para o Seminário e o valor da diária é suportado por cada um dos municípios de residência desses utentes. Foi criada ainda uma segunda retaguarda, em Alvados, na Pousada da Juventude, que será para o caso de eventualmente, os profissionais de saúde terem de fazer a quarentena, mas no limite, poderá servir também, para suportar aqueles que eventualmente o Seminário não possa suportar, uma medida que visa sobretudo libertar e auxiliar o hospital de Leiria. Foi ainda feito um projeto-piloto com o Gabinete de Economia Social da Região de Leiria e que vai ser agora replicado, no início do ano, por toda a Região. Trata-se de um projeto que comporta formação, quer em sala quer onde os profissionais de saúde trabalham, para todos os profissionais. Foi um projeto muito bem-sucedido que teve a participação do Politécnico de Leiria que coordenou este trabalho, tendo a Comunidade Intermunicipal decidido replicar estas ações. Da parte do município, e importante referir-se também que nos sentimos muito sozinhos. Continuamos sem médico de saúde pública, continuamos com muita dificuldade em receber informação. A única que recebemos e o mapa dos cinco municípios com a evolução diária ficando com a sensação que alguma coisa que deveria ser feita, não o está a ser. Quando diz isto, refere-se por exemplo aos 59 casos ativos que o concelho de Porto de Mos tem neste momento e nos 127 em vigilância, ou seja, daqui se depreende, que é pouco mais do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o dobro. Isto quer dizer que provavelmente o trabalho da rede de contactos não está a ser feito. Na primeira fase, com 16 ativos, chegou-se a ter mais de 100 em vigilância. Portanto agora não há rede de contactos, o que o deixa muito preocupado. Não obstante, reconhece o trabalho incansável que está a ser feito com os profissionais de saúde pública de Leiria. Mas o que não pode ser é que três municípios da região não tenham delegado de saúde, referindo-se a Porto de Mos, Batalha e Pombal. Esta é uma situação que continua a ser muito preocupante. Depois, disse, que se continuam a ter muitas queixas a nível local. Há queixas quase diárias através da linha verde do município, de que no Centro de Saúde ninguém atende o telefone, fazem-se marcações *on line* de consultas e passados uns dias são desmarcadas automaticamente e atendimentos urgentes, aparentemente também não se fazem. O município cedeu a tenda da proteção civil para fazer sala de espera no Centro de Saúde de Porto de Mos. Inicialmente não foi aceite porque não havia necessidade, mas depois foi aceite e instalada. Foram ainda oferecidos dois telemóveis sem custos para o Centro de Saúde e foi-lhe respondido que não, porque o Centro de Saúde não tinha quem atendesse os telefones. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia, usou da palavra, dizendo que antes de entrar no período de antes da Ordem do Dia, iria apresentar uma proposta que chegou à Mesa, subscrita por todos os líderes de bancada.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a apresentar a proposta que a seguir se transcreve, referindo que a mesma tem a ver com as circunstâncias difíceis que se estão a viver por via da pandemia. Referiu depois que falou com líderes das bancadas das outras forças políticas presentes na Assembleia Municipal e foi entendimento de todos que esta Assembleia Municipal devia dar um sinal, ainda que pouco representativo, abdicando todos nesta Assembleia da senha de presença a que cada um tem direito, devendo esse valor reverter a favor das três corporações de bombeiros do concelho, que estão na linha da frente, que terão com certeza dificuldades e problemas e que, repetindo, não resolvendo problema nenhum é um sinal de solidariedade por parte desta Assembleia Municipal.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz**, líder de bancada do AJSIM, pediu a palavra para dizer que apesar de não ter sido ouvido, a sua bancada também subscrive a presente proposta.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a ler a proposta infra:-----

-----*Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal:*-----

-----*Os deputados municipais abaixo representados pelos líderes de bancada, vêm propor o*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte:-----

-----Considerando os tempos de crise sanitária que vivemos e conseqüentemente, crise económica; -----

-----Considerando que os bombeiros voluntários estão desde a primeira hora na linha da frente, sem medo ou receio, colocando em causa a sua própria integridade em benefício da segurança e da saúde da população;-----

-----Considerando que é importante o nosso conhecimento e a nossa gratidão pelo esforço e dedicação destes homens e mulheres;-----

-----Os abaixo assinados propõem que o valor referente a presente Assembleia Municipal, auferido a título de senha de presença, seja atribuído as três corporações de bombeiros voluntários do concelho de Porto de Mos, sendo a sua distribuição realizada de forma equitativa.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação a presente proposta, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que queria começar por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara por finalmente terem começado as obras de construção do miradouro de Chão das Pias. Em relação a isto disse ainda que se devia chamar a atenção do empreiteiro, pois não existe placa de obra, a obra não está vedada chamando a atenção para a eventualidade de ali acontecer qualquer acidente. Disse ainda querer dar-lhe os parabéns pelo canil municipal que considera ser uma mais-valia para o concelho. Fez depois referência a entrega de mascarar há 8 dias atrás no comércio local, perguntando se também o iria fazer nas outras freguesias com os Presidentes de Junta. Já que se falou em Orçamento Participativo, disse que gostava de saber se a obra feita este ano em Mira de Aire se está aberta e disponível para ser utilizada por todos os municípios.-----

----- **Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP – Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que o assunto que o trás aqui tem a ver com a pandemia. Referiu que todos estamos a passar momentos muito difíceis, entendendo que não se pode esperar e tem que se continuar a trabalhar para ajudar as populações em tudo o que seja possível. E sabido que a freguesia de Pedreiras, neste momento, é a mais fustigada. Agradeceu aos profissionais e todas as pessoas envolvidas, dizendo que quer a Junta de Freguesia, quer individualmente, através de pessoas ou grupos organizados ou instituições, tem sido prestado todo o apoio possível a população, que nunca será demais. Referiu ainda que na freguesia de Pedreiras há pessoas a passar dificuldades, mas não há ninguém a passar fome, pois estão a ser apoiados pela Câmara Municipal, pela Freguesia e por alguns grupos de apoio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

socio-caritativos. Falando do concelho, disse não poder deixar de agradecer o apoio e a forma como o Município tem gerido esta calamidade, agradecendo a todo o executivo. Outro assunto que abordou tem a ver com os resíduos domésticos e não-domésticos. Referiu os resíduos empresariais que são descarregados no chão, junto dos contentores e dos eco pontos. O Município, através do seu departamento ambiental, tem ajudado a esvaziar esses espaços, transportando esses resíduos para local próprio e outras vezes, autorizando a freguesia a entrega-los na sua viatura. E feita vigilância permanente a esses locais havendo algumas situações em que é feita a devida queixa na GNR estando neste momento a tentar controlar melhor um ou outro local mais crítico. Gostaria que fossem tomadas mais algumas medidas com vista a minimização desta situação, dado que alguns desses indivíduos não são da freguesia e tão pouco do concelho.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que só queria referir aqui duas questões, começando por dizer que S. Bento ainda está com grandes deficiências a nível de médico, que apenas ali vai uma única manhã por semana e o posto de saúde também já se encontra bastante degradado. Alertou ainda para o facto de o lugar de Moita do Açor não ter água, havendo ainda uma parte de S. Bento que falta abastecer.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, disse que queria falar de apoios passando a referir-se dos apoios da Câmara Municipal ao nível de ATL's, dizendo que quanto ao pré-escolar é igual para todas as freguesias mas quando se trata do mesmo tipo do CAF (complemento de apoio a família) para a situação do 1º ciclo, a situação muda de figura, de freguesia para freguesia. Passou a exemplificar, dizendo que no caso da freguesia de Pedreiras, o CAF para o primeiro ciclo é prestado por uma entidade privada, uma IPSS, e cada pai paga o valor de 55 euros, o que significa que por dois filhos os pais pagam 110 euros. Numa outra freguesia em que o CAF seja assegurado pela Câmara, se essa mesma família tiver escalão A, paga por criança, 11 euros, o que significa que a família por dois filhos paga aqui 22 euros. O que lhe parece, e que se calhar esta na altura de se reverem esse tipo de apoios, para que não haja freguesias em que a Câmara suporta consideravelmente esta componente de apoio a família e onde há freguesias onde a Câmara não faz qualquer tipo de apoio e têm de ser os pais a suportar a totalidade do ATL.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Hoje o PSD não pode deixar de evocar a memória e homenagear Francisco Manuel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lumbralles de Sá Carneiro. Faleceu aos 46 anos de idade no auge da sua vida, há precisamente 40 anos, adorado por muitos e incompreendido por alguns, apesar da sua curta vida, ela foi muito intensa. Desde cedo tomou o gosto pela política, embora se considerasse mais uma pessoa que resolveu trabalhar ao nível da intervenção ética do que um político. Foi deputado independente da ala liberal no Estado Novo, impondo como condições, não ter o compromisso de apoiar o governo e pugnar pelas reformas políticas, sociais e económicas, assegurando o exercício efetivo dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. Inconformado, e sempre a lutar pelos valores em que acreditava, veio a renunciar ao cargo em 25 de janeiro de 1973. Pós 25 de Abril, fundou e liderou o PPD/PSD. Foi deputado, Ministro-adjunto sem pasta no 1º Governo Constitucional e foi 1º Ministro, durante, apenas, 11 meses, pois um acidente trágico provocado por um atentado, ceifou-lhe a vida. Destaca-se-lhe a excelência, quer como causídico, quer como político. Destaca-se ainda pelo seu pensamento disruptivo muito a frente do seu tempo, que se verifica, quer no seu pensamento político, quer na sua vida pessoal. Personagem maior do século XX, que tem como marca de água uma visão humanista e personalista, pois como dizia, "a pessoa humana é a medida e o fim de toda a atividade humana e a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização." Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta. Sempre se pautou pela coragem e pela audácia, embora moderado e progressista, a sua ação assentava na liberdade e igualdade de oportunidades, solidariedade e democracia. Na história do País, tem um papel de 1ª linha e absoluta importância na história de Portugal. Iniciou a construção de um País mais justo, mais livre e mais solidário. Na história do Partido tem um estatuto definido e de exemplo, cuja herança é reivindicada pelos verdadeiros sociais-democratas. Ao lermos os seus discursos e a sua obra, vemos a sua atualidade neste tempo. Cito algumas frases que demonstram o seu caráter visionário: "quem é eleito não pode pensar em desistir, não há nada que pague a sinceridade na política é como em tudo, democrata é aquele que pratica a democracia e não apenas aquele que a reivindica." Termina esta evocação em homenagem a Francisco Sá Carneiro, com a convicção pura e absoluta, de que o pensamento político de Francisco Sá Carneiro, está vivo e é atual, e se for praticado pelos nossos políticos, temos um país mais livre, mais justo e mais solidário."-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra e de pois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que há dez ou quinze dias na rádio Cister se disse que a obra da Casa Calado iria avançar. Foi abordado por algumas pessoas que lhe disseram que ele era contra a obra, mas que esta sempre iria adiante. Disse que queria deixar claro nesta Assembleia, que não é contra a obra, mas apenas contra a sua forma de execução, não tendo parque de estacionamento. No dia em que o senhor Presidente lhe disser que aquela obra terá estacionamento para 20 ou 30 carros, nunca mais lhe falará na obra, senão para lhe dar os parabéns, quando ela estiver pronta. Disse ainda que o Lar do Juncal comprou um terreno para fazer um parque de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estacionamento, o mesmo se passando com a creche, perguntando como é possível ir-se fazer uma obra pública, com dinheiros públicos e sem parque.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, começou por pedir permissão pelo atrevimento em fazer uma referência a Francisco Sá Carneiro, na sequência da intervenção feita por Olga Silvestre, partilhando a sua experiência pessoal. Francisco Sá Carneiro morreu há precisamente 40 anos, como disse, tendo ele próprio 7 anos de idade e nesse mesmo dia celebrava o aniversário o seu avô paterno, nunca lhe tendo visto qualquer predisposição para a política. Mas quando a televisão deu a notícia da morte de Sá Carneiro, fez-se um silêncio sepulcral, na sala. E naquele dia, mesmo com 7 anos, percebeu que teria morrido alguém com uma importância extrema para o país. Acompanha essa evocação e mais tarde referir-se-á a ele noutra intervenção. Quanto à intervenção do senhor Presidente é de saudar a atuação dos responsáveis pela Saúde Pública e o que se está a passar neste País. Não deixa de ser incrível, e isto não é motivo para política nem para politiquices, é de facto caso de preocupação. Passou depois a dizer que queria colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Disse que lhe têm chegado algumas reclamações relativamente à Escola Básica Dr. Manuel Oliveira Perpetua no que respeita às refeições. Sabendo que essas não são da competência da Câmara perguntou se o senhor Presidente ou a senhora Vereadora do pelouro, poderão ter alguma intervenção nesse aspeto atendendo ao volume de reclamações que lhe estão a chegar relativamente às refeições que estão a ser fornecidas, não lhe parecendo que em pleno século XXI seja natural que os pais tenham de preparar marmitas para os filhos levarem para a escola, face à péssima qualidade das refeições aí confeccionadas. Outra pergunta que queria colocar, tem que ver com uma situação na vila de Porto de Mós e com a regulação do trânsito na saída da Escola Secundária de Porto de Mós. Sendo certo que a Câmara não manda na GNR, mas existem mecanismos legais, que permitem à Câmara solicitar a presença da GNR para regular ali o trânsito. Outra questão que queria colocar tem que ver com comunicação com as freguesias, relativamente ao fornecimento de materiais para obras e que lhe parece que há aqui qualquer coisa que não funciona. É solicitado um camião de *tout venant*, mas depois não há máquina para espalhar o *tout venant*, o senhor do camião não fala com o senhor da máquina por diferendos pessoais...enfim não é admissível. Enquanto as pessoas estão em funções, estão para cumpri-las. Não é possível haver esta desarticulação, com base em relações pessoais dos funcionários da Câmara. A última pergunta tem que ver com o hotel, mas apenas por ter visto um anúncio de venda, pedindo um esclarecimento ao senhor Presidente, porque no anúncio, se faz um preço para o hotel nas condições em que está, mas sem garagem, perguntando o que é que efetivamente foi aqui aprovado em Assembleia Municipal de desafetação de domínio público para domínio privado do Município para alargamento da garagem subterrânea do hotel, e o que é que se passou. Se foi

725

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efetivamente vendido e o que é que se passa, porque o hotel está a venda sem garagem e foi aqui aprovado o espaço para uma garagem subterrânea estando agora a ser pavimentada a estrada, exatamente no sítio, embora por debaixo, onde essa garagem teria lugar.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):** -----

-----Cumprimentando todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo “Gostaria hoje de fazer aqui uma pequena abordagem acerca do trabalho de análise que foi feito pelo senhor Vereador do Partido Socialista, e divulgado nas redes sociais, nas últimas semanas, sendo certamente esta a visão e análise global de toda a bancada do Partido Socialista, até pelas intervenções e reparos aqui apresentados nesta Assembleia. Este trabalho é legítimo para uma oposição que se preze. A democracia permite-nos isto e muito mais. Não devemos ficar aborrecidos com isto. Mas há uma coisa que pelo menos se pede, que sejam verdadeiros. Na política não vale tudo. Esta minha reflexão, também se refere ao AJSIM. Também aqui foram feitos alguns comentários e análises com o relatório que aqui apresentou na última Assembleia. Agradecemos a check list que foi feita ao programa do PSD, mas seria interessante se falassem também sobre o que foi feito e o que não estava previsto no mesmo. Não era sua responsabilidade, que ocupou o lugar de muita coisa e com forte investimento financeiro. Como já referi, todo o trabalho é legítimo. Também o PSD no passado, aquando oposição e certamente o fará, sempre que achar pertinente, mesmo sendo partido do poder. A nossa função, enquanto deputados à Assembleia Municipal, é fiscalizar a ação do executivo e deliberar sobre matérias e projetos de interesse para o concelho, mas com alguma coerência e realismo. Este executivo do PSD apresentou-se ao eleitorado com um programa próprio e tudo fará para o cumprir, ao contrário do que tem sido apregoado pela oposição. Quando está a três quartos do seu mandato, tem 75% do mesmo executado. Foi surpreendido, durante a primeira metade do seu mandato, com trabalhos extremamente necessários e compromissos assumidos pelo executivo anterior, que estes sim, seriam da sua responsabilidade, não deveriam ser adiados para quem os seguisse, alguns deles de grande importância para o concelho, e até economicamente prejudiciais para o município e para os munícipes, tais como, melhorar as condutas de água do concelho, procedendo à substituição e melhorando assim muitas ruturas e poupanças, assim como reparação dos reservatórios. O grande investimento que compromete bastante os orçamentos deste executivo, a Central Termoelétrica. Obras de manutenção e reparação nos edifícios públicos do Município, como Paços do Concelho, Oficinas, Biblioteca, etc.. Reparação do Parque Almirante Vitor Crespo, saneamento e passeios. Contenção da encosta da Bezerra, compromissos de trabalhos executados no mandato anterior, etc. O programa que foi apresentado pelo PSD e que está em curso, tem tido alguns constrangimentos e surpresas que o impedem de avançar com a calendarização e planeamento que foi feito. Alguns deles já os referi anteriormente, tendo que optar por outras prioridades que seriam da responsabilidade, não deste executivo, que se traduziu

726

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em investimento no primeiro e segundo anos de mandato, em mais de dois milhões de euros. Ora estes valores, tiveram de ser retirados dos orçamentos de 2018 e 2019, e como sabem, o dinheiro não estica. Apesar da gestão rigorosa que tem sido feita por este executivo, tanto nas despesas correntes, como nas despesas de capital, mas não há milagres. Sim gestão controlada. Para os menos informados, foi apresentado há uma semana o Anuário Financeiro dos Municípios, um trabalho apresentado todos os anos pela Ordem dos Contabilistas, onde o Município de Porto de Mós, foi referenciado como o 33º município a nível nacional, com maior equilíbrio orçamental. O 20º município a nível nacional, com menor passivo por habitante (99,80 euros por pessoa). No ranking dos municípios de média dimensão, na lista dos 100 melhores classificados, ocupou em 2019, o 9º lugar, melhor que em 2018 (12º lugar), 2017, 11º lugar e 2016, 12º lugar. No ranking global dos municípios do distrito de Leiria com melhor pontuação, ocupa o 5º lugar. Consta da lista dos municípios com melhor eficiência financeira, onde apenas 40% têm lugar. Este ano de 2020 e o próximo ano de 2021, fomos surpreendidos pela pandemia que nos obrigou a inverter o rumo que estava traçado, tendo que dar prioridade a muitas outras coisas que diz diretamente respeito às pessoas e empresas do concelho, cuidando e olhando para elas em tudo o que for possível. Isso tem acontecido e é certamente a primeira prioridade deste executivo neste momento. Mas isto não serve de desculpa para as acusações que têm sido feitas a este executivo, de falta de ação, falta de investimento, faltar ao compromisso com os portomosenses. Isto não é verdade e estamos a falar de autentica demagogia e politiquice barata. O programa que foi apresentado aos portomosenses, está a ser cumprido com rigor e responsabilidade. Só eles poderão fazer o seu julgamento na altura própria. Este executivo é acusado de ter apresentado um excelente programa, com ideias próprias, com visão para o futuro do concelho, que não se esgota em quatro anos. Tem no seu ADN um fenómeno de ambição e ideias geniais para transformar este concelho, assim lhe seja permitido. O compromisso assumido com os portomosenses, apesar de algumas alterações e ajustamentos pontuais que obrigam a que alguns adiantamentos, são para cumprir. Também todos sabemos, e isso acontece com este executivo e com todos, que no decurso do mandato, algumas obras ou investimentos previstos, têm de ser alterados, substituídos por outros, ou até não podem ser realizados, certamente por razões fortes e alheias à sua vontade, mas isso não revela inoperância ou inação, mas uma visão mais realista do momento, da conjuntura atual ou até por impedimento de entidades hierárquicas. A falta de trabalho, herdado do executivo anterior, as questões processuais e burocráticas, a falta de financiamento e aprovação de fundos comunitários, algumas outras razões de natureza estranha, como a pandemia, são motivos mais do que evidentes para o atraso em alguns investimentos. Mas tudo vai ficar bem. Meus caros, o concelho não parou, está em constante movimento, as ações principais de maior relevância neste momento estão em curso. As pessoas em primeiro lugar. Os grandes projetos, estão, uns, a decorrer, outros a iniciar e outros em concurso. Dependem muito da proposta do orçamento que hoje vem aqui para nossa aprovação. Espera-se de todos, responsabilidade e compromisso. Obrigado".-----

727

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor **Vereador Rui Marfo**, pediu a palavra para defesas da honra, dizendo sentir-se ofendido com as palavras de Gabriel Vala que veio aqui dizer que ele fez os *posts* no *faceboock* que entendeu fazer, dizendo que ele faltou à verdade. Disse que não iria rebater nada, mas desafiou Gabriel Vala a entregar nas mãos da senhora Presidente e na Mesa da Assembleia, para ser discutido, ou apresentado a todos os deputados, os *posts* onde faltou à verdade, em cada um dos itens que enumerou. Disse que são dez *posts*, cada um com vários *itens*, e pediu que pegue no programa do PSD que foi sufragado e diga onde é que estão as falsidades. Para terminar, pediu que haja alguém, certamente do PSD, que tenha a amabilidade de lhe dar umas aulas de matemática, porque para chegar a 75% de cumprimento do programa eleitoral, certamente que não fazem as mesmas contas que ele.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS)**:-----

-----Cumprimentando todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que em primeiro lugar queria deixar uma palavra de solidariedade aos funcionários, Direção, utentes e familiares do Lar de Cruz da Léguas, e também ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, pela atual situação, que também já foi vivida em Alqueidão da Serra, fazendo votos para que tudo corra bem. São muitos os afetados, direta e indiretamente, sendo que neste momento existem mais de duzentos casos no concelho, cerca de cem desde novembro, o que a todos preocupa, isso é unânime. O PS, desde o primeiro momento, numa postura responsável e colaborante, apresentou-se diretamente ao Presidente da Câmara, à senhora Presidente da Assembleia e ao responsável máximo pela Proteção Civil, de uma forma abrangente, foi enviada a sua disponibilidade através de *e-mail* da própria concelhia Socialista, representando os seus deputados, vereadores e Presidentes de Junta, para ajudar no que fosse necessário. Essa disponibilidade foi enviada no dia 16 de março e desde aí foi mantida sempre essa postura de responsabilidade e colaboração ao máximo, por achar que assim deve ser. Continuou dizendo que logo nessa altura se predispuseram para integrar o grupo de trabalho, para a discussão, divulgação e participação no Plano Municipal de Contingência, ativo. Disse depois que deve ser o único município em que os próprios vereadores da oposição não fazem parte desse grupo de trabalho, o que lamenta. Apresentaram ainda várias medidas de apoio, as mais necessárias, nomeadamente para as famílias mais carenciadas, as instituições de solidariedade social, empresas, comércio local, para se darem as respostas mais céleres. Hoje, disse, voltamos a apresentar novas medidas, propostas num plano económico que acha complementar e essencial a desenvolver para o concelho. Face a esta situação disse que acha possível, como o senhor Presidente também falou, que muitas das situações são identificadas pelos próprios Presidentes das Juntas de Freguesia, e que se devia fazer uma amostragem do mapeamento real da situação atual do concelho. Os Presidentes de Junta têm feito um trabalho incansável junto da população, e com essa

728

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identificação, facilmente se chegaria a um mapeamento mais realista. Propõe ainda colaborar com as entidades competentes na reorganização do funcionamento dos serviços de saúde primária em todo o concelho. Seria importante ter uma ligação em que se consiga ter um levantamento próprio e apresentar medidas concretas para que isso acontecesse. Nos apoios extraordinários de reorganização estrutural das empresas, IPSS's, coletividades e associação, mais que o próprio subsídio, todos se têm de reinventar no próprio trabalho, e estas instituições também tem, de o fazer, tanto a nível estrutural ou físico, como de organização interna. Uma campanha de sensibilização que há muito foi pedido para que acontecesse junto dos mais jovens, mais afincada. Uma campanha de intervenção social, juntamente com as freguesias não só junto das famílias que estão identificadas como carenciadas, alertando para que nos próximos tempos, face ao aumento de desemprego previsível, e também às novas empresas que entrarão em *lay off*, irão ter, num tempo muito célere, ter necessidade de uma ajuda e de uma intervenção rápida que lhes permitam superar as dificuldades que entretanto aparecerão. Propôs ainda a definição de conjunto de benefícios de apoio às empresas de comércio local que cobravam a perda até 50%, portanto dar um período de carência nos próximos meses para os ajudar. A nível da restauração, popôs o mesmo. Dar prioridade de aquisição de bens e serviços pelo próprio município às empresas do concelho, sempre que seja legalmente exigível, dentro da verba que está contemplada. Disse ainda que todos individualmente o devem fazer, dizendo que se todos colaborarem um pouco em termos de consumo interno, certamente que iremos ajudar alguns que estejam em dificuldades. Uma alteração provisória da venda dos lotes da zona industrial de Mira de Aire, sendo um pouco arrojado, poderia ser algo que se conseguiria concretizar. É sabido que não têm sido captadas novas empresas para aquele espaço e isso seria mais um incentivo. Esta continuidade na apresentação de soluções é sempre uma mais-valia e esta é a conduta do PS, desde a primeira hora. Terminando, disse que jamais o Partido Socialista terá esta postura do PSD. Numa situação destas, lamentavelmente, o senhor Presidente continua a fazer política com a atual situação, responsabilizando o Governo Central, quando o que o senhor Presidente fez, no início desta pandemia, foi tirar fotografias com a senhora diretora do ACES, quando estava tudo bem. Na última semana, veio para os jornais, dizer que estava tudo mal com a atual situação da Delegada de Saúde por esta estar de baixa. Revelou depois ter tido algumas reuniões no Ministério da Saúde, para resolver o problema do Centro de Saúde da Mendiga, e tudo foi feito nesse sentido, diretamente pelo senhor Secretário de Estado-Adjunto da Saúde para o ACES do Pinhal Litoral. Segundo lhe foi dito, este deve ser dos poucos concelhos, em que o próprio Presidente da Câmara nunca pediu uma audiência direta à senhora Ministra da Saúde ou ao senhor Secretário Adjunto. Em vez de ir para os jornais, dizer logo que está tudo mal, pensa que o caminho não será esse e será mais profícuo, ter uma atitude ativa – certamente será menos popular, mas os resultados poderão ser bem melhores atuando de uma forma mais direta, em vez de vir tecer estas considerações lamentáveis, tal como o PSD hoje também aqui reiterou a nível do Estado Central.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria apenas aqui deixar duas ou três notas. A primeira é no sentido de reforçar aquilo que a Liliana Carvalho referiu na intervenção dela. A ser verdade o que foi dito, reforça no sentido de o executivo analisar essa situação revendo, na medida do possível, esta falta de equidade entre freguesias e entre munícipes do mesmo concelho. A segunda nota, é para agradecer o facto de o terem indicado para o Conselho Municipal do Desporto, prometendo que tudo fará para colaborar nesse órgão, da melhor forma que souber e puder, sempre no sentido de estar a representar a Assembleia Municipal e não qualquer força partidária. Depois, queria pedir ao executivo municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, que nesta fase em que se tem de ter uma preocupação muito atenta às pessoas, num concelho onde o desemprego, de 2019 para 2020 disparou para cerca de 47%, estando a pancada a ser grande e vai deixar rasto e portanto as pessoas têm de estar em primeiro lugar. Basta olhar para os números de acompanhamento das pessoas com dificuldades por parte da ação social da Câmara para se perceber. Foi muito criticado aquele abandono da loja social mas se calhar em boa hora foi feito, porque hoje, os serviços de ação social da Câmara apoiam mais de mil pessoas, o que é um número muito grande, para um concelho tão pequeno como o nosso, havendo um sinal claro de que há muitas pessoas a passar dificuldades, que infelizmente se irão agravar, porque a pancada maior ainda está para vir. Mas também é preciso olhar para as instituições de solidariedade social de uma forma permanente, e também das coletividades, sejam elas culturais ou desportivas, pedindo ao executivo que não descure essa vertente, pois estas têm um papel absolutamente fundamental naquilo que somos enquanto comunidade.-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes. Começou por responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, dizendo que, sobre o Miradouro, de facto o empreiteiro está a fazer trabalhos no estaleiro, e a informação que tem, é que durante esta próxima semana estará na obra, tendo já sido alertado por escrito, da necessidade de fechar o espaço. Sobre a questão do Orçamento Participativo, disse que este tem uma declaração da disponibilidade do espaço para fins de utilização pública. Sobre a questão dos resíduos domésticos de que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras falou, disse que essencialmente isto configura uma falta de civismo que infelizmente é transversal a todo o concelho. Continuou dizendo que está feita uma candidatura para a construção de um ecoponto, que em sua opinião pouco resolverá porque pressupõe que as pessoas vão lá entregar. Mas como as pessoas habitualmente procuram o sítio que está mais a jeito para poderem descarregar esses monos e sobretudo esses resíduos industriais, disse que lhes resta continuar a sensibilizar, aliás a própria Valorlis vai iniciar uma campanha de sensibilização, no início do próximo ano. Relativamente à questão que Samuel Costa colocou, disse que não percebeu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito bem. Sabe que o Dr. Salvaterra é médico em S. Bento e também sabe, porque teve há pouco uma reunião com a Unidade de Cuidados na Comunidade, que a Unidade Móvel de Saúde está a ir a algumas freguesias onde é necessária uma intervenção domiciliária, e S. Bento é o caso. O Dr. Salvaterra, neste momento está com S. Bento e Serro Ventoso, mas volta-se um pouco ao princípio: esta é uma questão de gestão da coordenação da Unidade de Cuidados na Comunidade. Sobre a questão da água, disse que o projeto que está a ser feito neste momento, é Casal de Santo Antonio, Covas e Moita do Açor e Paiã. Disse ainda saber que há uma rua, que é a Rua da Nogueira em S. Bento, que também não tem água e que está a ser estudada a melhor forma de poder ser servida a população dessa rua. Quanto à questão colocada por Liliana Carvalho, disse que a resposta ficaria a cargo da Vereadora da Educação. No que se refere à intervenção de Olga Silvestre, disse que há figuras que são incontornáveis na génese da democracia e uma delas é Francisco de Sá Carneiro, como foi Mário Soares e como foram outros que construíram a democracia, todos referencias que fizeram a diferença, para que hoje possamos estar aqui a falar livre e abertamente e sem constrangimentos. É de enaltecer uma figura máxima da nossa democracia, um estadista reconhecido e que infelizmente partiu cedo de mais. Sobre a questão colocada por Joaquim Santiago, disse que tem de apadrinhar a Casa Calado, por várias razões, por uma questão de estratégia do próprio Município, mas também porque a Casa Calado faz parte da nossa memória. A pior coisa que se poderia fazer, quando se faz um projeto, que ainda por cima foi feito pelo neto dos proprietários, com essa sensibilidade e com esse conhecimento, que foi acompanhado sempre de perto por alguém que viveu o Juncal, como é o caso de Vereador Marco Lopes, qualquer coisa que fosse deitado a baixo para proporcionar estacionamento seria desvalorizar, descaracterizar e até tornar disfuncional aquela Casa que vai ter uma importância muito grande para a Vila do Juncal. O estacionamento hoje, pelo menos nas vilas e nas cidades, vai ter que ser repensado também. As pessoas vão ter que ter estacionamento em espaços próprios e vão ter de se deslocar de várias formas. Não é o caso do Juncal ainda, mas será o caso amanhã, por uma questão de cultura até das pessoas terem que alterar um pouco estes hábitos. Disse ainda que não tem problema nenhum em dizer que a Casa Calado vale pelo que vale e não por ter ou não estacionamento, sendo que, o que é importante é que se faça. Vai deixar de ser promessa e vai mesmo avançar. Sobre a questão das refeições na Escola Manuel Oliveira Perpétua, colocada por Mário Cruz, disse que deixaria também essa resposta para a senhora Vereadora da Educação. Sobre a questão da regulação do trânsito, disse que a Câmara Municipal, alertada pela pessoa que alertou o senhor deputado, e eventualmente por outras pessoas, constatou que efetivamente havia aqui necessidade de intervenção da GNR e sensibilizou a GNR para isso porque a Câmara não pode mandar na GNR, como disse. A GNR já esteve no local. Quando tem outros serviços não pode lá estar porque não tem efetivos suficientes. Vai-se tentar resolver esta questão da melhor forma e o mais rápido possível, mas esse é um problema antigo, esperando que não se diga que surgiu agora. Sobre a questão da comunicação com as freguesias, o município tem feito aqui um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho de articulação com as freguesias na cedência de equipamentos, não na cedência de materiais, porque a Câmara Municipal transfere um determinado valor para as juntas de freguesia poderem fazer os serviços que estão, ou na sua competência, ou delegada a competência por acordo de execução. A questão da cedência das máquinas acontece e vai continuar a acontecer, sempre dentro de um espírito de colaboração. Disse não saber o que é que se passou mas que iria verificar o que é que efetivamente aconteceu. Sobre o anúncio da venda do hotel, disse ser uma surpresa, pois não tinha conhecimento disso, mas aquilo que pode dizer, é que a estrada foi construída havendo uma área de cedência, mas a escritura nem sequer ainda foi feita. Houve necessidade de fazer um conjunto de acertos ao loteamento, que precisa de registo, sendo processos morosos dizendo que da parte do Município, só há pouco tempo é que ficou tudo concluído. Se o promotor quiser ali fazer outra coisa que não seja hotel, enquanto este executivo aqui estiver não o fará. Sobre as palavras e considerações que Gabriel Vala teceu, disse que, não é possível a nenhum executivo pegar no compromisso eleitoral e dizer que foi tudo feito, muito menos a quase um ano de terminar o mandato. Mais difícil é compreender quando a única coisa que se avalia é uma parte do compromisso, e olhando para os tempos que estamos a viver, disse, a parte menos importante desse compromisso. Analisando de uma forma fria, aquilo que é o compromisso de obra, e sendo apenas isso o que conta, na perspetiva de alguns, acha que ao tempo que vivemos, ou teriam de ser feitas opções, como nalguns casos foram feitas, ou então, estaríamos aqui, como no passado já aconteceu, no meio de uma crise violenta e sem sequer pensar na dificuldade quer social, quer pessoal, das famílias e pessoas do nosso concelho. Nós não somos assim, disse. Desde o princípio que fizemos uma opção de desenvolver um projeto voltado para o bem-estar das pessoas, para aquelas que cá estão, para aquelas que queremos captar, e para aquelas, que são todas, fixar. Desde os mais jovens aos mais idosos. E este projeto, é um projeto que acrescenta valor ao território. É um projeto que tem na sua base, na sua génese, como disse, as pessoas. E nós não abdicaremos dele. E portanto é assente neste projeto que nós queremos continuar a valorizar o território, tendo por base em primeiro lugar, as pessoas. E é assim que o vamos continuar a fazer. Relativamente à questão que David Salgueiro colocou, disse o seguinte: “quando quiser confrontar-me, pergunte-me antes. Não venha para aqui dizer que eu nunca fui ao Secretário de Estado. Porque é mentira, o senhor veio aqui trazer uma mentira, porque eu já fui com a senhora Vereadora, a uma audiência com o senhor Secretário de Estado Antonio Sales, e telefono-lhe mais vezes para pedir ajuda, do que aquilo que o senhor pensa. Portanto, vir aqui dizer, que só o senhor é que fala com o senhor Antonio Sales. Cada vez que uma pessoa que uma pessoa do concelho de Porto de Mós tiver um problema, é um problema do Presidente da Câmara. Se eu não o conseguir resolver, torno-o publico, seja o Governo que for. Não digo, não é da responsabilidade da Câmara, lavo daí as mãos, como já aconteceu. Agora não. Agora eu assumo a responsabilidade, vou à luta e eu não ando a dizer mal do governo, eu ando a dizer mal daqueles que não resolvem os problemas do meu concelho, e os problemas do meu concelho, são sempre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas meus. Disse ainda que tem muita dificuldade em aceitar, que lhe venham dizer que anda a tirar fotografias e a fazer politiquice com estas coisas. Cada vez que é necessário, disse que pede à Associação Ur'Gente, ao senhor Secretário de Estado, telefona e vai, quer à ARS em Coimbra, ao ACES....rematando que não manda ninguém, vai ele próprio, tentar que lhe resolvam os problemas, o que não fazem, e quer que fique calado? Isso era o que acontecia. Agora não. A expressão do meu descontentamento é pública. E torna-a publica cada vez que ache que estamos a ser minorizados. E nesta questão da Saúde, principalmente Saúde Publica, estamos a ser sistematicamente minorizados. Estamos a ser vilipendiados por pessoas que não querem saber de nós. E começo aqui por Porto de Mós, portanto agradeço-lhe que consiga resolver o problema, e agradecer-lhe-ei publicamente, se conseguir resolver o problema do atendimento do telefone do Centro de Saúde de Porto de Mós, das extensões de saúde e dos atendimentos presenciais das pessoas. Se o conseguir resolver, sou o primeiro a dar-lhe os parabéns, porque eu não consigo. E se eu não consigo, tenho de ficar aborrecido e tenho que tornar isto público. Não ando a fazer politiquice". Relativamente aos apoios, disse que na CIM se trabalha sobre vários assuntos e alguns municípios decidiram anunciar algumas coisas, sabendo que nalguns casos não passam de anúncios e outros municípios farão eventualmente mais qualquer coisa do que anúncios. No entanto, o programa APOIAR.pt, que tem setecentos e cinquenta milhões de euros para apoiar as pequenas e microempresas do País, está aberto para candidaturas, tem um processo simples, que a Câmara apoia e ajuda e portanto é direcionado. Outra coisa é a Câmara apoiar a economia local com vales, que é o que vai ser feito. Vão ser dados apoios aos novos nascimentos com vales para aquisição dos bens no comércio local e este é um apoio direto à economia local. Serão feitos mais, para além deste e serão oportunamente comunicados. Existe também o programa SURE, que é um programa de três mil milhões de euros, estando neste momento a ser analisado o modelo de colocação deste modelo na economia, que será eventualmente através das CIM's. É um programa europeu para apoio e proteção de trabalhadores e empresas perguntando se há necessidade de andar aqui a correr, a dizer que se está a dar mais cinquenta ou cem euros às pessoas, retirando daqui o esforço importante, isso sim, para apoiar as famílias mais vulneráveis e carenciadas, dando-lhes não apenas o produto final, mas dando-lhe aquilo que é essencial para eles poderem fazer as refeições. Relativamente ao desemprego que Júlio Vieira falou, disse que existe um crescimento com algum significado referindo que existiam 346 desempregados no final de março e agora existem 528 desempregados, dizendo ainda que no final de 2017, havia 530 desempregados. Estes desempregados, são contactados através do Gabinete de Inserção Social da Câmara Municipal estando a analisar cada um deles sobre as dificuldades que têm. Há uns que precisam, há outros que nem sequer querem que se saiba. Continuou dizendo que o concelho não tem ainda, empresas em lay off. Há empresas que deixaram de fazer turnos e algumas a trabalhar com menos dimensão. Mas também há empresas no concelho que estão a pedir pessoas para trabalhar. Há um empresário do concelho que lhe disse que se não arranjasse 40 pessoas para trabalhar até final do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano, teria que ir buscá-las a um país estrangeiro, porque precisa de mão-de-obra sem especialização, para trabalhar. Relativamente à questão do desemprego, é bom que se diga, que este é preocupante, mas não nos intranquiliza muito em relação às ações que se estão a ter, porque a Câmara através do Serviço Social, em conjunto com a Segurança Social, em conjunto com os senhores Presidentes de Junta, e em conjunto com o movimento socio-caritativo, estamos a apoiar mais de mil pessoas. Estas mil pessoas apoiadas, cerca de pouco mais de trezentas famílias, compara-as com as cinquenta e uma que eram apoiadas em 2017, através da Loja Social e pouco mais de uma centena no pico da crise. Isto porque há famílias, que, num primeiro momento, ao senhor Presidente de Junta, disseram que não precisavam de nada, e depois, perante a insistência, e perante até a intervenção do Serviço Social, percebeu-se que não precisavam que se soubesse que precisavam, que a chamada pobreza envergonhada. A resposta que foi dada à pobreza envergonhada, foi e é, lá ir, discretamente para os apoiar. É o que está a ser feito, e por isso é que tanta gente é apoiada. Porque aquilo que acontecia na loja social, era uma correria de carrinhos de supermercado, de pessoas a irem à Loja Social, carregar o carrinho. Há muita gente que não se importa, mas há muita gente também que não o faz, preferindo passar fome. Disse que queria ainda acrescentar que "essa é uma bandeira nossa, de todos nós, que somos responsáveis pelo concelho. Podem dizer que no concelho de Porto de Mós não há fome. E no dia em que algum dos senhores souber de alguém que passe fome, que tenha dificuldades, digam-nos, porque se não o disserem, estão a contribuir para que uma pessoa do concelho, desnecessariamente, passe fome. E por isso gostava que registassem que de facto, nós não conseguimos controlar o desemprego, não conseguimos controlar, infelizmente, muitas das situações que se passam no tecido empresarial do nosso concelho, temos empresários extraordinários, resilientes, que estão a tentar dar a volta à crise, que estão a conseguir manter o emprego com muita dificuldade, mas que não se compara, nem de perto, com os 1200 desempregados que havia em 2012, e que a resposta que o executivo de então deu, socialmente, para esses desempregados, foi zero." Terminou dizendo que relativamente a estas questões pode afirmar que o concelho de Porto de Mós está a travessar dificuldades, mas não há fome. A **Júlio Vieira** agradeceu as declarações que fez, sobretudo mencionando que foi justa a eleição para o Conselho Municipal de Desporto, até pelo percurso profissional que tem tido, tendo a certeza de que lhe acrescentará valor pela sua experiência e conhecimento. Relativamente aos subsídios, disse que este ano foi decidido dar um conjunto de apoios, que como já foi referido, tiveram que ver, numa fase inicial com a inexistência das Festas de S. Pedro, tendo sido feito um esforço no sentido de apoiar as instituições e o mesmo será feito no próximo ano, se o estado de coisas se mantiver. Continuando disse que era sua intenção levar à próxima reunião de Câmara a aprovação dos apoios aos escalões de formação bem como as inscrições dos jogadores, que é um subsídio importante nesta fase, para apoiar os atletas, para que possam ser pagos ainda este ano.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a palavra à senhora Vereadora com o pelouro da Educação a fim de responder a **Liliana Carvalho e Mário Cruz**.-----

-----A senhora Vereadora com o pelouro da Educação, no uso da palavra disse relativamente às questões abordadas por Liliana Carvalho dizendo explicar para que todos percebam do que se está a falar. Disse que as AAF's, que são as atividades de apoio e animação à família que se destinam a acompanhar as crianças da educação pré-escolar, após a atividade letiva. Surgiram para dar corpo a um projeto que é a escola a tempo inteiro, porque a educação pré-escolar, como bem sabem, termina entre as 15.00 h e as 15.30 h e os pais não têm disponibilidade para ir buscar as crianças e o Município é obrigado a oferecer este serviço. Este serviço é participado pelo Estado. O estado participa uma parte e a Câmara, nas escolas onde existem respostas das IPSS's, protocola, sendo também esta uma forma de envolvimento do associativismo e desenvolvimento da economia local, e paga um valor, sendo participados numa parte e pagando os pais outra parte. O valor a pagar pelas famílias foi estabelecido em escalões A, B, e C, de acordo com o escalão da Segurança Social. As AEC's são outro projeto, são as atividades de enriquecimento curricular, que são para os alunos do primeiro ciclo, que também faz parte do projeto escola a tempo inteiro. Nas AEC's, também é o Município que protocola com uma entidade. Esse serviço é prestado às crianças e a Câmara também recebe uma participação do Estado para que as crianças tenham esse serviço. Relativamente à CAF, disse que deve ser implementada para as situações em que não há essa oferta da rede privada das instituições particulares de solidariedade social, podendo ser implementadas pelas Associações de Pais, e são pagas integralmente pelas famílias, não havendo qualquer participação, porque o projeto, a escola a tempo inteiro, já está incluído nas AEC's, porque no 1º ciclo as crianças entram às 09.00 horas e saem às 17.30 horas. No caso do pré-escolar, as crianças entram às 09.00 horas e saem às 15.00 horas, e é por isso que o município é obrigado a dar resposta participada às famílias e nas CAF's, no 1º ciclo, que serão depois das AEC's. O que acontece, é que nas escolas onde há resposta da rede privada, esta CAF é disponibilizada aos pais através de instituições, ATL's, sendo as entidades privadas que oferecem essa resposta aos pais. Nas escolas que têm duas ou três crianças, os pais tinham necessidade de ter lá as crianças nesses períodos. Ora, se o município tem as AAF's implementadas, não vai gastar mais recursos, por ter mais dois ou três meninos da CAF, porque eles juntam-se aos do pré-escolar. A Câmara vai dar a resposta aos pais, porque eles não conseguem ir buscar as crianças, porque têm os seus empregos, e também não fazia sentido a Câmara levar outro valor aos pais. Referiu ainda que também não há custos acrescidos, porque as animadoras que estão com as crianças, são as mesmas. Eles só se juntam aos do pré-escolar, enquanto na resposta privada, eles estão separados. E é por isto, não é desigualdade, mas é a realidade do próprio concelho. Não há uma entidade privada que queira ir aos lugares mais distantes do concelho, apenas com duas ou três crianças, porque não é rentável. Disse ainda que,

735

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segundo sabe, os preços que os pais pagam são sensivelmente iguais aos que a Câmara paga para as AEC's. Quanto às refeições na Escola Oliveira Perpetua, bem como na Escola Secundária de Porto de Mós, como bem disse, não é da responsabilidade do município. Mas como disse o senhor Presidente, quando há um problema com um munícipe, é uma responsabilidade da Câmara. Essas situações quando são reportadas à Câmara estas são de imediato comunicadas ao Agrupamento de Escolas, para perceberem que a situação existe e para intervirem.-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia disse que queria agradecer ao Gabinete da Cultura da Camara Municipal a decoração deste espaço, com motivos natalícios.-----

-----Disse ainda que gostaria de congratular os senhores Presidentes de Junta pelo trabalho desenvolvido nas suas freguesias em prol das suas comunidades, nestes tempos de pandemia.-----

-----2. Documentos Previsionais para os anos 2021-2025 e 3. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2021:-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a explicitar o presente ponto da ordem de trabalhos referindo que iria em conjunto, falar sobre o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Medidas de execução do orçamento para o ano de 2021 – sendo que a votação seria feita separadamente. Continuou dizendo que iria tentar resumir este documento. Todos sabem que o orçamento é um documento dinâmico e capaz de se ajustar às circunstâncias da imprevisibilidade de cada momento, mas pese embora isso, entende que nunca se pode perder o fio condutor, ou seja, a estratégia. Desde o início do mandato, que este executivo adotou medidas de efetivo apoio às famílias, ao seu bem-estar, ao seu desenvolvimento económico, e à promoção do território, com o objetivo de fixar os que cá estão, de captar novos residentes e também trazer mais visitantes. Com benefícios fiscais, que este orçamento reforça, nomeadamente, na devolução do IRS, no IMI e também na derrama. Com benefícios sociais, que este orçamento reforça, com a gratuitidade dos transportes escolares, com mais bolsas de estudo para os estudantes que vão para o ensino superior, com o apoio à natalidade, de que falou há pouco, com o aumento da oferta do transporte público urbano VAMÓS, entre outros. Com benefícios e melhorias de condições para empresas, que criam a estabilidade no emprego e também potenciam a dinâmica económica do concelho. Com políticas para fixar os mais jovens, com ofertas e oportunidades nunca antes vislumbradas no nosso concelho, como é o Fab Lab, como é a incubadora de empresas, como é o ensino profissional tecnológico, como é a Sala do Futuro, como é o projeto *precious plastic*, um projeto de economia circular que está a ser desenvolvido através do Fab Lab e como é também o mais recente convite ao município de Porto de Mós por parte do Politécnico de Leiria, para integrar uma rede, que faz parte de um consórcio internacional que se chama *Green Vite* e que visa a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criação de centros de excelência de ensino profissional, focado na inovação sustentável. O Município de Porto de Mós foi convidado para integrar esta rede, pelo trabalho que tem desenvolvido na relação do ensino profissional tecnológico com o tecido empresarial e também com a Fab Lab. Por isso, neste particular, dizemos que o futuro é hoje e não podemos esperar para amanhã. Para os mais vulneráveis, políticas de apoio, com o reforço dos apoios para as famílias carenciadas, como já referi há pouco. Para os seniores, com um conjunto bastante intensificado de ações, mas também para captar novos residentes e novas empresas, melhorando as condições fiscais para as pessoas e para as empresas, não podendo deixar de anunciar também que aplicamos as tarifas mais baixas da região, no fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. No desenvolvimento económico, com a alteração da zona industrial de Mira de Aire, e no que a esta diz respeito, existem algumas empresas interessadas em ali se instalarem. Com a finalização do processo de instalação da ALE de Porto de Mós, aquisição de terrenos e respetivas escrituras, tendo negociado com cerca de cinquenta proprietários, cerca de 1,2 milhões de euros, havendo sete ou oito que, por razões diversas, eventualmente irão para expropriação. O projeto está concluído e aprovado após as alterações exigidas pela Agência Portuguesa do Ambiente. A avaliação de impacto ambiental está na fase final, já com conformidade da Agência Portuguesa do Ambiente e está neste orçamento, o valor necessário para lançar de imediato a obra, lançando o concurso para executar as infraestruturas. São 39 lotes que vão ser agora infraestruturados, com interessados para a quase totalidade. É bom que se refira, quando e havendo a possibilidade de fazer a candidatura a fundos comunitários, o projeto é de toda a zona industrial, estando o projeto concluído para a 1ª fase, mas o anteprojeto para as restantes e este fez parte do concurso lançado para efetuar o projeto. Já tem a conformidade da APA, e se houver condições de financiamento, devemos avançar, logo que concluída esta primeira fase, com a segunda fase da ALE, porque efetivamente existem interessados, para cumprir a filosofia que temos, para continuar a ser com empresas de reconhecida valia, algumas delas de base tecnológica, mas sem procurar empresas que queiram ocupar 50 ou 60 mil metros quadrados, como já há algumas empresas, nomeadamente uma multinacional, que iria descaracterizar por completo toda a zona industrial e iria atrasar todo o processo pela necessidade de alteração do plano de pormenor. O que temos, neste momento, ainda em perspetiva, é a possibilidade de trazer para aqui um polo do *cluster* da pedra, estando a trabalhar nesse sentido, em conjunto com o Politécnico de Leiria. Um trabalho que está a ser desenvolvido também pelo pelouro da Modernização Administrativa, mas sobretudo pelo trabalho que está a ser feito no Fab Lab de Porto de Mós. Para trazer a visitar e potenciar o comércio tradicional, a restauração, a hotelaria, os agentes turísticos e o artesanato, a aposta no turismo, porque de facto, este não é apenas um concelho de indústria. É um concelho que tem muito para oferecer, um concelho que já está no mapa e cuja visibilidade vai ser reforçada. Estão a ser criadas algumas infraestruturas, nomeadamente o Centro de Interpretação das Serras de Aires e Candeeiros, que está na fase final, estando a ser acabado o saneamento básico, para ligar. Vão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrar em obras o antigo Posto de Turismo de Porto de Mós, que estava abandonado e que vai voltar a ser Posto de Turismo de Porto de Mós. Está a ser terminada a rede de trilhos. Estão a ser desenvolvidos um conjunto de projetos que visam potenciar a promoção do território, sobretudo com base no turismo de natureza e desporto ativo, criando no concelho, uma nova centralidade na região, mas o concelho será de certeza uma referência no país, a este nível. Disse ainda que recentemente teve uma reunião com o senhor Presidente do Turismo do Centro de Portugal, e Porto de Mós vai ser um dos ícones da região para o turismo de natureza. Sem nunca perder de vista a memória, e na perspetiva da recuperação do que foi deixado como legado, irá ser reabilitada a Casa Calado, como residência artística, centro de artes e tradições e também um espaço de *coworking*. A estrada romana será recuperada, estando já adjudicada essa empreitada, bem como a Fonte do Castelo, tendo recebido hoje o projeto com as alterações exigidas pela Direção Geral do Património Cultural. As condições de visitaçãõ da Praia Jurássica irão ser melhoradas, indo ser lançada pelo ICNF uma candidatura no próximo ano ao POSEUR. Estamos em fase da recuperação da Central Termoelétrica e da memória do carvão. A valorização dos muros de pedra seca é um projeto que também está em curso e que irá ser apresentado entretanto. A recuperação da antiga igreja do Arrimal, Está em curso também um protocolo de cedência, por parte do senhor Bispo, e a implementação dos Caminhos de Fátima, também em fase final. E depois, disse, tudo aquilo que é essencial para o bem-estar da população: o reforço do saneamento básico, a conclusão do abastecimento de água em todos os lugares do concelho, a melhoria das redes, fundamental para que se consiga acautelar a questão das perdas e fugas de água e também a requalificação dos reservatórios. Disse ainda que temos um projeto de criação de um conjunto de vias pedonais e clicáveis, no âmbito da mobilidade suave, com candidaturas associadas ao compromisso de descarbonização através do fundo para uma transição justa ambiental, candidaturas que se vão iniciar no próximo ano. A rede VAMÓS também vai ser reforçada. Dentro do possível, no próximo ano já vai ser ampliada, mas a sua ambição é que a rede VAMÓS passe a ter oferta concelhia e foi isto que foi proposto ao regulador CIMRL sendo isto que se pretende num futuro próximo. Continuou dizendo que vai ser lançada uma estratégia local de habitação, fazendo o seu diagnóstico, que reputa de fundamental e depois será planeada a intervenção da Câmara e é assim que será. Depois, e sem perder de vista esta questão, é o relacionamento com as Juntas de Freguesia na definição daquilo que se pretende fazer, nas estratégias a adotar de forma a que não haja duplicação e as coisas sejam feitas com sentido e adequadas às principais necessidades dessa população. Vale a pena dizer que estes processos de relacionamento com as Juntas de Freguesia, o aumento significativo de transferências que no próximo ano será, direta e indiretamente, superior a setecentos mil euros, diz bem, não apenas da disponibilidade do executivo mas daquilo que é a justiça das Juntas de Freguesia poderem ter ferramentas financeiras para executar aquilo que é a pequena obra, a obra muitas vezes fundamental para satisfazer a sua população. Quanto do orçamento, disse ser um orçamento estruturado, adequado àquilo que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido a nossa forma de trabalhar na gestão dos recursos que temos à nossa disposição, é um orçamento que justifica e prova o tal equilíbrio orçamental e sempre centrado numa correta gestão das despesas correntes que têm vindo a ser reduzidas, pese embora em algumas delas seja impossível mexer, como é o caso dos vencimentos, e de compromissos como luz elétrica, pagamento de saneamento e água. São rubricas fixas, que não têm vindo ao longo do tempo, a diminuir, mas que ainda assim, continuamos, fruto dessa gestão, a conseguir que as despesas correntes, sejam equilibradas e que possamos disponibilizar da receita corrente mais verba para a despesa de capital, sendo esse sempre o objetivo primeiro deste executivo. Referiu ainda que o Orçamento deixou de ser POCAL, passando a ser SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas) e de acordo com as regras deste sistema, o orçamento tem de ser construído para o ano, 2021, neste caso, e depois para os 4 anos seguintes, e tem de ser um orçamento de base, com receita e com despesa. Foi decidido não repetir todas as rúbricas para fazer só por fazer, mas aquilo que é o nosso pensamento para o futuro, ficou ali vincado. Algumas das coisas já mencionou, tais como a ampliação da rede VAMÓS, a segunda fase da zona industrial, a abertura da Rua Adelino Reis dos Santos até Rio Alcaide, a possibilidade de se criar aqui um interface rodoviário, por detrás da Escola Secundária, e portanto há um conjunto de situações que estão no nosso pensamento, onde se inclui, a habitação social, e onde continuamos a reforçar, aquilo que é o valor das pessoas e a importância que elas têm para todos nós. Antes de terminar, disse querer dizer que esta semana decorreu o Conselho Municipal da Juventude, e tendo em conta a estratégia local de habitação, gratuidade dos transportes e o apoio à natalidade, emitiu parecer favorável ao Orçamento.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes perguntou o que é que este orçamento prevê numa matéria tão importante, como são as comunicações, considerando que este seria um investimento mais importante do que qualquer estrada ou do que qualquer incubadora. Sem comunicações, e atendendo aos tempos que se estão a passar, as pessoas não podem desenvolver trabalho. Disse que sabe que não é uma responsabilidade completa do município, mas será que não valerá a pena afetar-se um pouco do orçamento municipal e até eventualmente das freguesias a esta matéria, que é essencial. Perguntou depois se dentro das obras de requalificação da estrada romana, um espaço há muitos anos esquecido, se está prevista a legalização do edifício que ali se encontra, que irá fazer 20 anos da sua construção. Perguntou depois, objetivamente, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, o que é que prevê mais em Orçamento para a freguesia de Alqueidão da Serra, em 2021. Referiu-se depois às decorações natalícias que grassam pela Vila de Porto de Mós, dizendo que não chegou nenhuma à sua freguesia, não sabendo se chegou às outras freguesias do concelho, e que isso também era descentralizar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a proferir a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, se tivesse de batizar este orçamento, o nome que lhe dava era “O Personalista”. E digo isto, porque efetivamente é a realidade e para o comprovar, vou evocar a expressão que o PS usou oito vezes, na sua declaração de voto contra. Tendo em conta os valores previstos para a ação social, para a saúde, para o desenvolvimento económico, para o saneamento e abastecimento de água. Tendo em conta que nunca como hoje, existiu uma aposta expressiva na ação social e refletida neste orçamento, faz corar de vergonha o anterior executivo socialista no apoio às famílias carenciadas que aumenta exponencialmente. No apoio às bolsas de estudo que passou de zero no anterior mandato, para setenta e uma. O apoio à natalidade que passou de zero, para um valor expressivo. No apoio social aos bombeiros voluntários. Na devolução de IRS às famílias que passou de zero, no governo socialista para o valor proposto e equitativo. No IMI familiar que passou de zero do governo socialista, para o valor legalmente previsto. Tendo em conta, que nunca como hoje, o valor transferido para as freguesias foi tão elevado, e mais do que isso, democraticamente negociado. Tendo em conta que nunca como hoje foi feita uma aposta clara e inequívoca no desenvolvimento económico. Tendo em conta que nunca como hoje foi feita uma aposta clara no turismo e na cultura. Tendo em conta que nunca como hoje, foi feita uma aposta clara e inequívoca no saneamento básico, no abastecimento de água, quando o anterior partido do executivo socialista referiu várias vezes, quando era questionado, que o saneamento de Cruz da Léguas/Moitalina era viável e ele respondia que era quase impossível realizar, assim como o de Mira de Aire. Tendo em conta que nunca como hoje, foi alocado tanto valor para a saúde. Tendo em conta que nunca como hoje, a Casa dos Calados é mesmo para avançar, uma promessa adiada 12 anos pelo PS, o mesmo PS que está hoje na oposição. Destaco dois temas que são pela primeira vez abordados neste orçamento e que demonstram a inovação e a visão deste executivo, falo do Plano para a Igualdade de Género e a estratégia local para a habitação. E no final de tudo isto, pasme-se, este orçamento tem as contas equilibradas. Senhor Presidente, apesar dos constrangimentos que a pandemia está a causar e causará em 2021, sim, porque a pandemia está a provocar uma pandemia mundial e Porto de Mós, não passa entre os pingos dessa crise. E a oposição, tentar colocar uma venda nos olhos do país, é pura demagogia. Por isso, quando o PS apresenta a declaração de voto que apresenta e quando entregou zero propostas para este orçamento, isto é pura politiquice. O PS, quando foi governo desta autarquia, nunca, e repito, nunca, apoiou as famílias carenciadas com tão elevado valor como agora. Nunca e reitero o nunca, atribuiu bolsas de estudo. Nunca apoiou a natalidade. Nunca devolveu IRS às famílias. Nunca aplicou a taxa de IMI Familiar. E poderia continuar. O PS de então, tinha no seu executivo os mesmos senhores vereadores de agora. Só mudou a opinião. Mas a coerência também deve fazer parte da ação política e não pode, porque

740

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não deve, a oposição quando está no poder defender uma coisa e quando está na oposição defender o seu contrário. Senhor Presidente, o concelho, em 2017 elegeu-o e mandatou o PSD para cumprir o programa eleitoral, um programa disruptivo e de progresso, centrado nas pessoas. Este executivo social-democrata tem a consciência nítida da sua missão e tem-no demonstrado. Centra a sua atividade política nas pessoas e no seu bem-estar, com a marca de água da matriz social, sem deixar de lado, o desenvolvimento económico. Tem assentado a sua ação na democracia, no diálogo e no profundo respeito pela oposição e pelos presidentes das freguesias e pelos portomosenses. Desde a primeira hora que acredita nos portomosenses e nas potencialidades de Porto de Mós e neste momento, já conseguiu o inverso, senhor Presidente, os portomosenses, acreditam e confiam em si, senhor Presidente. Acredito que a política é uma via para o desenvolvimento de uma comunidade que será tanto maior quanto melhor for a liderança, parafraseando Sá Carneiro. Consigo, senhor Presidente, vivemos uma oportunidade única, para continuar a construir um concelho melhor, mais humano e mais justo para todos. Obrigada."-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que esteve a ouvir o senhor Presidente da Câmara e a conclusão que tirou, é que ele fez um plano para cinco anos, não foi para oito meses. Disse depois que a opção do Partido Socialista foi fazer obras e estas estão à vista de todos no Juncal, por exemplo. Nestes últimos três anos, disse, que não viu obras nenhuma no Juncal e isso é uma questão de opção. Neste orçamento, até que em fim, que vê uma rubrica para duas ruas no Juncal. E em quatro anos é isto. Referindo-se à Casa dos Calados, disse que esta tem setenta e cinco mil euros para o ano de 2021.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que o orçamento agora apresentado para 2021, vai na mesma linha que o executivo traçou, que é pensar nas pessoas. Referiu depois que se trata de um orçamento histórico, porque finalmente vamos ter todos os lugares do concelho de Porto de Mós cobertos com abastecimento de água. Disse depois que, e é uma opinião sua, tem pena que não exista neste orçamento nenhuma verba prevista para aquisição de equipamento móvel para resolver parte do saneamento do concelho, continuando a achar que seria uma forma de minimizar os danos causados pela falta de saneamento. Outra situação que o deixa com alguma satisfação, é ver que realmente o PS está diferente, porque está a sentir que está com a mesma preocupação que o PSD manifestou aqui, durante anos, e que agora que chegou ao poder está a tentar resolver, e que são as pessoas. Está preocupado com o desemprego, como todos estamos, tendo apenas pena que este mesmo PS, que ate tem alguns vereadores que até são os mesmos, não se tivesse preocupado com isso em 2013, quando havia no concelho 1 197 pessoas desempregadas e nunca viu aqui o executivo preocupado com Isso, apesar do PSD ter chamado a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenção várias vezes. Em 2016, tinha 746 desempregados. O ano passado havia 389 e hoje há 528 e estamos preocupados. Uma das provas de que não existia esta preocupação, é o facto de o orçamento que o PS fez, em 2016, por exemplo, quando a economia precisava de incentivo, previa uma receita de IRS de 687 mil euros e o orçamento deste ano prevê uma receita de 562 mil euros. Menos 125 mil euros. E isto é pensar nas pessoas. Também se tem acusado aqui muita vez o executivo, de ser o executivo das festas. Mas é interessante, com os orçamentos que todos os anos têm sido cumpridos, a execução orçamental tem andado na ordem dos 90 a 95%, todos os anos, 2016, 2017 ou 2018, e assim sucessivamente, pois, nesses anos todos, as despesas correntes, têm andado mais ou menos na mesma ordem, incluindo este orçamento, o que significa que se calhar as festas têm sido feitas de borla. Mas ainda bem que os números falam por si em termos de execução orçamental. Finalmente, disse, também fica muito satisfeito porque este executivo, propôs que a Câmara se endividasse para cumprir os investimentos de capital, tendo esta proposta sido aprovada nesta Assembleia. Referiu depois que verificou que no mapa dos empréstimos, já incluindo os três milhões e meio que estão comprometidos, a Câmara fica endividada em quatro milhões de euros, sendo que estes custam, no ano que vem, dezoito mil e noventa e três euros, uma taxa de 0,46%, tendo pena que os executivos anteriores, não tenham aproveitado o período de taxas baixas para resolver as necessidades básicas do concelho. Lamentou o facto de os anteriores executivos não terem aproveitado as baixas taxas de juros bem como os fundos comunitários que eram possíveis nessa altura mas não agora, para resolverem os problemas de falta de saneamento do concelho, bem como a cobertura deficitária em termos de abastecimento de água. Terminou dizendo que não basta gerir a conta bancária.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----
-----Começou por dizer que nestes três anos foi o único orçamento em que não conseguiu perceber o que estava aqui explanado. Não existe uma única página do orçamento que diga exatamente o que vai ser feito neste ano. Fala de compromissos plurianuais, a própria água é um compromisso plurianual para 2021 e 2022, por isso lançava o desafio ao senhor Presidente para dizer efetivamente o que é que cabe no orçamento de 2021 e o que é que vai passar para os anos seguintes, porque este orçamento não passa de uma declaração de intenções. Pese embora o facto de todos serem declarações, este orçamento, em termos de obras é o orçamento que mais projetos tem, não havendo em sítio algum a menção de quais serão executados em 2021. Quanto à Incubamós, o senhor Presidente diz no orçamento e muito bem, que a freguesia de S. Bento já é tempo de deixar de ser injustiçada, e são palavras suas, no entanto, um projeto que na altura foi muito falado para S. Bento, a Incubamós, com vista à obtenção dos apoios da NUT III, foi retirada de S. Bento para Porto de Mós, com a justificação de estar mais perto das escolas, mas existem mais três polos escolares no concelho, pedindo explicações sobre isso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD)**:-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que, como disse o deputado Mário Cruz, e bem, vivemos num tempo em que não podemos brincar a situação e com os problemas que afrontam o mundo e a sociedade portuguesa, devido à pandemia. Ao mesmo tempo, ouvimos e vemos constantemente o Partido Socialista a condenar e a julgar, que os últimos três anos de mandato, foram três anos perdidos. Mas deixem-me dizer-vos que há muito mais, para além de obras e de construção civil que se pode explanar nas ações do município nos últimos três anos, que marcaram a diferença e que notam muita diferença naquilo que é a evolução que o município teve durante a vigência deste mandato. Como também dizia um bocado o deputado Santiago, que se queixava de que não houve obras no Juncal nos últimos três anos, eu também, enquanto portomosense, habitante na freguesia de Porto de Mós, posso-me queixar de que ainda não tive um pavilhão multiusos, há muito tempo prometido por outro executivo. Nesse aspeto também estamos em pé de igualdade. Mas deixem-me que vos dê algumas das coisas que foram feitas e executadas durante este mandato, que eu acho que faz toda a diferença. Por exemplo, Porto de Mós foi, em 2019, eleito como o 4º destino turístico emergente no nosso país. Criámos um Orçamento Participativo, a Câmara Municipal de Porto de Mós, assinou um acordo para a retirada de amianto das escolas, tema há muito falado e nada tinha sido feito. Quando andavam a apregoar há dois anos, que o município ia gastar o dinheiro todo em festas e em iniciativas culturais, ficou provado este ano, que deixámos cair o tão apregoado mito das contas do município, em que se comparamos 2017 com 2019, poupámos mais de cento e noventa mil euros no que toca a fornecimentos e serviços externos, e transferimos mais de duzentos mil euros para bombeiros, para associações e para as juntas de freguesia. Atingimos a menor dívida dos últimos anos. Criámos a tão criticado unidade de saúde móvel. Propusemos e criámos a questão do IMI Familiar à muito pedida pelo PSD, nos últimos doze anos do mandato socialista, e sempre, e constantemente ignorada e acabámos por devolver 2% do IRS às famílias do nosso município. E antes de falarmos em três anos perdidos, pedia ao Partido Socialista, também no que toca a obras, que vá à freguesia de Mira de Aire e fale com os habitantes da freguesia e lhes pergunte como é que estava e como é que está agora o Centro de Saúde de Mira de Aire, depois de ter levado as obras de requalificação. Os problemas da requalificação do Centro de Saúde de Mira de Aire não são dos últimos três anos, já vêm de mais tempo. Se calhar só agora é que é que intervimos e fizemos alguma diferença. Continuou dizendo que se quer congratular neste caso, com a execução do orçamento, no que toca, em primeiro lugar, nas questões da educação, quando assistimos a um aumento de duzentos mil euros, face a 2020, com o objetivo de continuar a promover o elevador social no nosso concelho e que toda a comunidade escolar tenha acesso aos mesmos direitos, independentemente das condições socioeconómicas em que se encontram, não só no maior investimento nas refeições escolares, como transportes e aqui referir e congratular o facto de os transportes escolares do próximo ano, serem gratuitos para toda a comunidade escolar, no reforço

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das bolsas escolares que no anterior executivo era tão ignorada e tão esquecida, e que era uma medida que na grande maioria dos municípios em Portugal já tinham em vigor, e que neste caso, em Porto de Mós, era esquecida, e aqui também congratular-se, mas também o facto de as bolsas escolares, terem já o dobro do previsto, superior a trinta mil euros. Assim, como o projeto de requalificação e ampliação da escola Secundária de Porto de Mós, com um investimento, este superior a duzentos mil euros. No que toca à ação social, disse, uma área com base em princípios de incerteza porque, muitos de nós, apesar de sabermos por alto, o impacto que a pandemia tem tido nas famílias e na perda de empregos das pessoas, uma área com alguma incerteza, quero também elogiar o facto de o executivo ir fazer um dos maiores investimentos de sempre, nesta área, nestas rubricas, com o apoio às famílias carenciadas, mas também aqui, ressaltar e referenciar a rede solidária do medicamento. E por fim, no que toca ao saneamento, poder dizer que acha ser seguro afirmar que, nos últimos três anos, tivemos se calhar um dos maiores investimentos de que há memória, no que toca ao investimento. Disse saber que não são obras megalómanas, talvez como os pavilhões multiusos, mas que realmente fazem toda a diferença, e em pleno século XXI, o concelho não estar coberto a 100% é mau, e um maior investimento nesta área não é assim tão descabido e sem dúvida, que, prioritário para a nossa comunidade. Fez depois referência ao centro de apoio ao empreendedorismo, a incubadora que vai ser criada na antiga cantina, e por fim, referenciou e elogiou o apoio que vai ser prestado à natalidade nos próximos anos. Esta medida, não só vai ajudar e promover a fixação das famílias no concelho, o que constitui uma grande mais-valia, e que criem e que tenham os seus filhos aqui em Porto de Mós, mas também nas condições em que está criado, também irá beneficiar a ajuda e o apoio ao comércio local. Terminou dizendo que fica triste que, num período de grande incerteza e de grande dificuldade, o partido socialista tenha tido, a irresponsabilidade, na sua opinião, de votar contra um orçamento numa altura em que as famílias e o município, mais precisam da nossa ajuda, tragicamente devido à pandemia.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes. Começou por dizer que os números podem ser lidos de diferentes maneiras e talvez aqui possa apresentar aqui algumas coisas de maneira diferente das que foram apresentadas. Disse que não há aqui nenhum número, nem nenhuma conclusão que não seja retirada do orçamento, e portanto apenas se pronunciará acerca dos valores do orçamento, apresentando os números de outra maneira. Começou dizendo "se nós tivermos as receitas do orçamento, conforme página 13, diz-se que, os impostos diretos estão estimados em 4,2 milhões de euros, as transferências correntes estão previstas para 9,4 milhões de euros, dos quais, oito mil e oitocentos, de fundos diretos do estado, e o ponto 6, outros valores. Com os impostos diretos, mais as receitas correntes chegamos efetivamente a 13,6, com os tais 4,2 mais 9,4, e outras receitas correntes, com mais 4 milhões, temos o total das despesas correntes em 17,6 adicionadas das transferências de capital, mais 4 milhões e outras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesas de capital de 1,1, que dá os 22,7. Indo para as despesas, o que é que nós verificamos? O pessoal, 5,8 milhões, aquisições de bens e serviços, 6,2, o que dá um total de 12 milhões e com outras despesas correntes, 1,3, dá 13,3 de despesas correntes, que repare-se, são totalmente cobertas pelos impostos diretos e transferências feitas diretamente pelo estado. Vamos deixar a parte de capital, pois a parte de capital terá com certeza mais algumas coisas. No que diz respeito a notas que podemos tirar daqui, podemos dizer, passando à frente, o valor das transferências correntes das receitas, decompõem-se em transferências do Orçamento de Estado, conforme já havia dito, de 8,8 milhões, mais 0,6 de outros. O valor de 8,8 milhões provenientes diretamente do orçamento geral do estado, é um valor certo, já conhecido, porque não vai sofrer qualquer desvio. Os impostos diretos, são valores já consolidados, que a margem de variação nunca será muito grande, e então, podemos efetivamente dizer que, em conjunto, os valores vindos diretamente do estado, mais os impostos indiretos, pagam todas as despesas correntes, já com os acréscimos que tenham existido ou não. Depois, qualquer valor, porque ainda temos outras despesas correntes estimadas em 4 milhões, qualquer valor que seja recebível destes 4 milhões e estão lá dentro rendimentos de propriedades (2 milhões) e outros bens previstos de vendas de bens e serviços, estimados num total de, as outras receitas correntes, refere-se, 4,6 milhões de euros. Todo este valor que seja recebível, vai, naturalmente financiar despesas de capital. A página 11, mostra os valores a receber pelo Município de Porto de Mós, em 2021, e a sua comparação com os seis anos anteriores. Nesse quadro, logo em cima, diz-se que em relação a 2016, receberam-se diretamente do Estado, mais de 2 milhões de euros e oitocentos e três mil em relação ao ano transato, que retirando já o impacto do IRS atribuído às famílias, temos um acréscimo de quinhentos e oitenta euros, que recebemos a mais, líquidos, já descontando esta parte do IRS. No que diz respeito a bens de capital, está prevista em termos de receitas, valores de 5,1 milhões de euros, dos quais, 4,1, em que a grande maioria são valores por cofinanciamento de projetos e em que a experiência nos diz que por regra, estes valores chegam bastante atrasados, e manda a regra da prudência na qual ambos os códigos se apoiam, que estes valores sejam sempre considerados com grande incerteza. No que diz respeito às despesas de capital, aqui é que o problema se coloca. Aquisição de bens de capital, 8,6, outros valores, 0,8, num total de 9,4 atrás referidos. A grande questão, para mim, prende-se naturalmente com os bens de capital, dado que o histórico, isto é, os valores de 2018, 2019 e provavelmente os de 2020, tudo indica que sim, este valor estimado para este ano, parece completamente inatingível. Vamos ver porquê. Os valores previstos, conforme página 15, nos diferentes orçamentos, dava-nos 7 milhões para 2018, valores previstos no orçamento para despesas de capital, 7 milhões, 2019, 7,5 milhões, 2020, também 7 milhões, e para agora estão propostos, 9,4 milhões, um saldo de 7 para 9,4. Mas vamos ver a sua realização com o realizado. Dos 7 milhões previstos em 2018, realizaram-se, 4,7, conforme página 15, donde, naturalmente ficaram 2,3 milhões, que ficaram em caixa com certeza. 2019, 7,5 milhões, foram realizados, 4,5, terão também ficado em caixa, ou então a abater dívida, mais 3 milhões. E os valores de 2020, tudo indica que vão no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo sentido. Os valores de realização das despesas de capital, em 2018 e 2019 podem ser obtidos na página 27, das Contas de 2019, 4,7 milhões em 2018 e 4,5 milhões em 2019. Os valores têm sido equiparados e agora aparecem 9,4 milhões, que é sensivelmente o dobro do valor da realização de dois anos. Parece-me que este valor é um valor largamente empolado e penso que o valor real, e é o primeiro palpite que dou, dever-se-á situar, com sorte e se for um orçamento razoável, à volta dos 6/6,5 milhões. Provavelmente já cá não estarei para confirmar depois com os valores reais de 2021, mas fica pelo menos o apontamento. E é isto, o valor está com certeza que, e desejo sinceramente que façamos, e não tenho duvida nenhuma, toda a gente está imbuída de boa fé, não tenho duvida nenhuma, espero que sinceramente façamos todos o melhor possível porque eu sei que o senhor Presidente é o primeiro que sabe, e não concorda que efetivamente, o saldo em caixa vai incessantemente crescendo por valores não realizados em termos de capital e então podem ser libertos para outras contas e nesse sentido, e como o valor não é elástico, como já alguém disse, podem-se fazer opções e de facto, num momento tão difícil como este, talvez efetivamente se possa fazer canalizações para coisas que com o andar do tempo e com o conhecimento da realidade, o senhor Presidente e o seu grupo vai considerar o momento mais adequado, estamos efetivamente num bom momento para fazer investimentos, e investimentos de monta e não sei, se será necessário recorrer ao empréstimo bancário dos 3,5 milhões no ano de 2021. De qualquer maneira, o deputado Pires, quando se fala de taxas baixas, nunca se tiveram taxas destas na nossa história. O outro executivo, nunca teve taxas destas, portanto também nunca podia fazer.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, disse que iria tentar ser breve, porque este orçamento daria pano para mangas. Aproveitando uma deixa de Olga Silvestre, que batizou este Orçamento de "O Personalista", disse que ele batizá-lo-ia de "O Brincalhão", passando a explicar porquê. Dirigindo-se aos anteriores intervenientes do PSD, perguntou se eles acreditavam mesmo naquilo que disseram. Continuou dizendo que mesmo antes de entrarem no Orçamento, vieram falar dos rankings. Disse depois serei eu que estou enganado, ou vocês andaram nos quatro anos anteriores, a dizer que o anterior executivo só governava ou só geria para rankings. Bom, mas agora os rankings já interessam. Os rankings do Anuário têm de ver com a eficiência de gestão de despesas correntes, mas aí é fácil de gerir, pois como o senhor Presidente disse, a essas despesas não se pode fugir. No Anuário não vêm lá as despesas de investimento, e essas é que são complicadas. Disse que lhe custa, intelectualmente e politicamente perceber como é que se apresentam durante três anos, e parece que estava a adivinhar, que ia aparecer um orçamento deste género, porque nos últimos três anos, e já explanou aqui o Dr. Carvalho muito melhor do que ele, tivemos orçamentos modestíssimos, com taxas de execução a nível do investimento na ordem dos 26, 27% e de repente aparece aqui um orçamento de 9 milhões. E diz mais, para este executivo conseguir sequer chegar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao investimento orçamentado nos anteriores, este orçamento até é curto, porque teria que pôr aqui um orçamento de investimento de 15 milhões. Para chegar ao orçamentado nos outros três. E portanto, com todo o respeito, este orçamento é uma afronta política a esta Assembleia e aos municípios de Porto de Mós. Como é que o executivo se propõe executar em oito meses, nove milhões de investimento, quando executou em três anos, à volta de sete, oito, nove talvez. Portanto, não é serio, com certeza, este orçamento. E por isso é que ele, com permissão da deputada Olga Silvestre o rebatiza de "O Brincalhão". Disse que compreende, que a Câmara sinta, neste momento pré-eleitoral, a vontade de meter o Rossio na Rua da Betesga, mas não conseguem Isto não é possível. Isto é um Orçamento que aponta para uma gestão meramente eleitoralista e para sair na comunicação social, pós assembleia, que Porto de Mós tem um orçamento record. Nove milhões. Histórico. E os senhores Presidentes de Junta tomem atenção, porque não vem aí nada de bom deste orçamento, porque ele não vai ser executado, com toda a certeza. Continuou dizendo que, o orçamento nas notas introdutórias é contraditório nos próprios termos, porque vem falar na questão do COVID e na retração que esta situação certamente colocará na economia mas depois apresenta-se aqui um orçamento expansionista. Para além disso, como disse Samuel Costa não se diz a nível do investimento o que é que vai ser feito e em quê. E depois o empolamento de que falou aqui o Dr. Carvalho. O orçamento de 2021, é naturalmente o reflexo de uma forma que considera errada de fazer política. O executivo, escolhe estrategicamente e à pressa apresentar um orçamento como se fosse corrigir a agulha que teve apontada nos orçamentos anteriores para o orçamento dos últimos oito ou nove meses de mandato. Portanto é um orçamento altamente empolado no que toca ao investimento. Tomara o concelho que este orçamento fosse verdadeiro. Teria a sua aprovação e aclamação. O problema é que não é, nem é consentâneo com a atuação do executivo nos outros anos. O mesmo se diga até em relação à receita, porque para haver este empolamento de despesa, também terá de haver aqui algum empolamento da receita. E naquela que é variável, é previsível, que em 2021 a receita seja menor e o que observamos é que temos uma previsão de aumento da receita de 1.7%, quando tem sido executada à volta dos 90% da receita, sendo previsível uma contração da economia na ordem dos 5, 6%, e estar-se-á à beira do limite legal da execução da receita. E portanto, estes são perigos reais deste orçamento. Consequência: não há duvida nenhuma de que para o ano teremos um número anormalmente grande de modificações orçamentais. Surgiu necessidade forçada e sem sentido, tendo-se agora chegado a essa conclusão, de um empréstimo bancário, que afinal não é preciso. E o Dr. Carvalho já aqui o disse, tendo dúvidas de que seja preciso. A taxa de execução orçamental irá para níveis de 2005, 2006 e que lesa a gestão dos propósitos concelhios. Terminando, afirma que diz isto com muita pena e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que este orçamento contém muito, infelizmente, do que tem sido feito e sobretudo do que não se fez, nos três anos precedentes. Neste período, usou-se e abusou-se, e continua, da retorica política, dos meios de comunicação que o acompanham fielmente, mas agora usa, como ferramenta também, de propaganda para as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próximas eleições, o Orçamento. Não há estratégia e pior do que isso, não há qualquer visão nem intenção de o executar. Lamentavelmente, disse, e não posso deixar de referir isto, também no relatório introdutório, até aí fica mal ao executivo, aquilo que se diz que este orçamento, vinculando todas as forças políticas na nota introdutória, resulta de uma ampla negociação com todas as forças políticas presentes na Assembleia, dizendo que não se recorda de ter discutido uma linha deste orçamento, previamente com o executivo. E portanto, não é sério, e revela alguma falta de ética política, e uma vez que hoje é dia 4 de dezembro, disse que tem de terminar dizendo que poderia ser assim mas não o é, pois como disse Sá Carneiro "a política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha", e portanto, temos de votar contra este orçamento.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Disse que apenas queria deixar uma nota sobre a intervenção de Mário Cruz, referindo que se este orçamento tem contemplados 9 milhões de euros de investimento, e como referiu, para executar em oito meses, é porque as obras estão em curso, vão ser executadas e têm de ser pagas e se não houver orçamento isso não pode acontecer. Seguidamente passou a proferir a seguinte intervenção: "Hoje vamos apreciar o 4º orçamento deste mandato. O orçamento para 2021. O orçamento que vem no alinhamento previsto para estes quatro anos. Um orçamento de progresso, um orçamento que coloca o município e os munícipes, no rumo certo, que há muito o ambicionam. Um orçamento que revela crescimento, desenvolvimento e ambição, por isso não devemos arrepiar caminho. Focarmo-nos no futuro, no bem-estar das populações de todo o concelho. Um orçamento que está dotado das medidas necessárias e essenciais para o momento que atravessamos, com reforço na ação social e no apoio às pessoas, empresas, economia local com vários benefícios fiscais e incentivos. Podemos assim considerar que estamos perante um bom orçamento. Se analisarmos os números globais deste orçamento, também em alinhamento com os orçamentos anteriores, com um ligeiro acréscimo de um milhão de euros em relação ao de 2020, verificamos que a fatia maior é sempre das despesas correntes, com 59% do valor global, e 41% das despesas de capital. Mesmo assim, verificamos uma redução das despesas correntes em cerca de 7%, em relação ao ano anterior, que permite libertar algum valor para investimento, tendo este sofrido um ligeiro acréscimo em cerca de 35% em relação ao previsto no ano anterior. Este orçamento que nos está a ser apresentado, revela também o culminar de algumas obras e projetos que há muito eram ansiados pelas freguesias do nosso concelho, designadamente, o Juncal, a Casa dos Calados e saneamento, substituição de fibrocimento da conduta de água. S. Bento, água em toda a freguesia, Pedreiras, saneamento e Posto de Saúde, Arrimal e Mendiga, Igreja antiga de Arrimal, construção de passeios, Alvados e Alcaria, ciclovia Alcaria e Alvados, conclusão do Posto de Turismo avançado e saneamento, Alqueidão da Serra, a estrada romana e Centro de Interpretação, requalificar a antiga britadeira, saneamento, melhorar a rede de água, Serro Ventoso, Miradouro, acesso à mina de Chão das Pias, Minas da Bezerra, Mira de Aire, requalificação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do mercado, ARU, Campo da Fiandeira, parque de estacionamento, Calvaria de Cima, substituição de condutas de água, construção de passeios, Porto de Mós, ampliação de rede de saneamento, ampliação do cemitério, requalificação de escadas de S. Miguel, construção de passeios e ciclovia. Eu vi isto tudo neste orçamento para 2021. Também destacamos as obras de grande impacto no concelho que são comuns a todas as freguesias, como Área de Localização Empresarial, de grande significado e que tem revelado algum atraso por dificuldades processuais e pela aquisição dos terrenos, pois sem estes não era possível avançar com a execução, tendo o município já despendido mais de um milhão de euros até à data. A tão conhecida Central Termoelétrica que está finalmente a decorrer com normalidade e que se espera que esteja concluída em 2021 e tem de ser paga. A recuperação da antiga cantina escolar para Incubamós, a requalificação a Fonte do Castelo, zona envolvente ao Castelo e Travessa do Escourial. O grande investimento em saneamento no concelho, esperando que fique a coberto, com cerca de 70%. Melhoramentos na Escola Secundária de Porto de Mós. A grande felicidade de todos nós, com a cobertura de rede de água em todo o concelho, devendo continuar o grande investimento na substituição do fibrocimento. Conforme pudemos reparar, o concelho continua a crescer, não desistimos do desenvolvimento, do progresso e do apoio às pessoas. Como todos sabem, a grande aposta deste executivo para este mandato, teve como pilares fundamentais, fixar pessoas e ação social. Este foi o propósito e o compromisso deste executivo desde o início, não descurando de forma alguma, todas as outras áreas que poderia considerar mais acessórias mas que, com o decorrer do tempo, se tornaram essenciais. Este é sempre o problema de quem governa e tem que decidir no momento em que surgem as dificuldades. Este executivo, sempre esteve lá. Nos momentos melhores ou menos bons, sempre disponível para estar ao lado dos problemas e das pessoas. Como referi, fixar pessoas, teve e continuará a ter um forte impacto de investimento no concelho, no desenvolvimento económico, na cultura e no turismo. Infraestruturas básicas, como a água e saneamento, nos benefícios e incentivos que proporcionamos às pessoas e às empresas, na forma como comunicamos e promovemos, só depois teremos o retorno. A Ação Social, o segundo pilar que nos exige muita atenção. Temos o dever e a obrigação de cuidar dos mais desfavorecidos, com apoios sociais, combate ao desemprego, carências económicas, apoio à saúde, apoio na educação, apoio na natalidade, etc. esta é uma obrigação social e moral de todos nós, mas exige regras e controle nas medidas de forma não se cometerem injustiças. Se repararmos este orçamento reforça a rubrica da ação social e saúde, em mais trezentos e quarenta mil euros, em relação ao ano anterior. Este valor, terá como contrapartida a rubrica da cultura, que reduz de forma significativa em relação ao ano anterior, não pelo arrepio do executivo, mas sim pelo desinvestimento que foi forçado a fazer pela não realização de eventos programados impedidos pela pandemia, verificados em 2020 e o mesmo se prevê para 2021. Mas temos esperança de que tudo vai passar. Também gostaria de fazer aqui um reparo bastante positivo pela forma como os Presidentes de Junta tem colaborado e interagido com o executivo na elaboração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste, e doutros orçamentos. Só eles sabem e conhecem as necessidades das suas zonas de intervenção, dos seus fregueses e dos melhoramentos de que necessitam. Por isso é de louvar a estreita relação entre estes órgãos, certamente que quem fica a ganhar são as pessoas e o concelho no seu todo. Senhores deputados, esta é a análise que apraz fazer em relação a este orçamento e que merece a nossa aprovação. Todos devemos estar envolvidos no compromisso, deixarmo-nos de politiquices que não contribuem em nada para a satisfação e melhoramento da qualidade de vida dos portomosenses."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria aqui deixar algumas notas. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara, disse que, relativamente à saúde, já lhe havia dito que o Partido Socialista não faz política relativamente a isto, e foi por isso que lhe chamou atenção, porque veio para aqui e para os jornais, fazer política sobre o estado atual da pandemia. É um assunto sobre o qual verifica que continua a não dar seguimento às propostas apresentadas pelo Partido Socialista, mas isso fica á sua consideração. Outra nota dirigida a Antonio Pires, que fala do desemprego dizendo que agora é que se apoiam os desempregados, referindo que o desemprego em Porto de Mós, não foi caindo por milagre, foi porque houve uma estratégia de trazer empresas para Porto de Mós, muitas delas dos concelhos vizinhos, atraí-las para cá e fazer zonas industriais de eleição, como é a de Porto de Mós. A de Mira de Aire, infelizmente não resultou como previsto, e ainda hoje o seu partido lançou uma medida que poderia ser implementada. O Juncal está esgotado. Foi graças a esse trabalho, que vieram empresas de Leiria, Marinha Grande, Alcobaça, Batalha e Pataias, por exemplo, e foram localizadas aqui. O desemprego não foi caindo ao longo dos tempos por obra e graça do Senhor. O senhor deputado João Cerejo bem como a deputada Olga Silvestre, devem-se ter esquecido que o financiamento para a remoção do fibrocimento da Escola Secundária de Porto de Mós, é 100% financiado pelo Governo. Em pleno estado de pandemia, o PSD votou contra o Orçamento de Estado que contemplava 235 mil euros para fazer a remoção, finalmente, do fibrocimento da Escola Secundária de Porto de Mós. Disse ainda que, deve referir que foram reforçadas as verbas, com mais 600 mil euros para o município de Porto de Mós, nos últimos tempos, pelo Estado Central. Muitas das despesas feitas por este executivo, tal como as outras autarquias, as despesas são a fundo perdido, dando para ir buscar esse dinheiro ao Estado Central, portanto relativamente a esse tipo de argumentos, cai por terra qualquer um que possa fazer, e já agora, disse, também gostava que a Drª Olga se pronunciasse relativamente ao voto contra disto no Orçamento de Estado. Continuou dizendo que lhe parece que há aqui algum equívoco, pois parece que se está a discutir um orçamento até 2026. Este executivo, disse, está para governar até outubro próximo, e é bom que saiba disso. Continuou dizendo que apesar do executivo nem ter tido a maioria dos votos, foi-lhe reconhecido que tinha toda a legitimidade para fazer um bom trabalho e tinha essa ilusão, pois tiveram doze anos para se preparar para trazer algo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diferenciador para o nosso concelho. As propostas foram sufragadas pelos eleitores, não pela maioria total dos portomosenses, mas pela maioria relativa, tendo o Partido Social Democrata tido mais votos. As condições que o município tinha, quando chegaram, eram muito favoráveis, as contas estavam certas, como agora também estão, mas o que acontece desde o primeiro dia, é que isto é governar à vista. Hoje temos aqui um orçamento, que tal como o Samuel Costa disse, não se sabe concretamente o que é que vai ser feito. Abrem-se rubricas por abrir afirmando-se que essas obras vão ser concretizadas, considerando ser impossível face ao que está alocado no orçamento. A mais de três anos deste mandato, o balanço é claramente negativo. O executivo prometia colocar o concelho no mapa, realmente conseguiu, mas foi no mapa em que o concelho parou no tempo. Estagnou o grande desenvolvimento a que se vinha assistindo nos últimos anos que foram liderados pelo Partido Socialista, o investimento teve uma queda assinalável, bem visível, devida à falta de capacidade de execução. Mas estamos a falar de 2018/2019, mas em 2020, vai por caminho ainda pior, apenas com cerca de, apenas, 30% de execução, até outubro. Dois anos e meio de mandato em que encontraram uma saúde financeira louvável, projetos de financiamento garantido para algumas obras, como a segunda fase do saneamento que concretizaram. A terceira fase caiu por terra, não vindo inscrita sequer. Já estava contemplada a obra relativamente à qual o PSD sempre foi contra, a Central Termoelétrica, com fundos comunitários alocados. Para a ALE, o investimento previsto tinha a comparticipação garantida, dizendo que gostava de saber, nestes mais que três anos, quantos fundos comunitários é que foram alocados para Porto de Mós. Em vez disso, temos milhares de euros gastos, na tentativa de ter um executivo direcionado para o turismo, com grandes campanhas publicitárias do executivo. Esta aposta do turismo, disse, esperemos que dê frutos, a médio/longo prazo. Até hoje, todo este tipo de publicidade, como o senhor Presidente diz, e fica muito orgulhoso porque o Presidente do Turismo de Centro diz que agora descobriu que o concelho de Porto de Mós, vai ser o ex-libris do turismo de natureza, respondendo que isso já é, felizmente há muitos anos. O desenvolvimento estruturado equitativo para todas as freguesias, com a descentralização, cada vez a perder mais competências, também ficou aquém do esperado. Recentemente o *site* do município e as redes sociais publicitaram os resultados do anuário financeiro, o que não demonstra a capacidade de execução. Mas já agora, também está desvirtuado, porque não é a primeira vez que o município sai neste anuário, pois já em 2014 era o 4º município do País em termos de eficiência financeira, portanto dizer que foi pela primeira vez, é falso. Tiveram doze anos para projetar este mandato, têm quatro anos para o executar e agora vêm projetar algo para fazer daqui a quatro anos, é algo descabido. Concretizem o que vem no vosso panfleto publicitário pelo qual foram eleitos, tal como foi bem feito o levantamento feito pelo senhor vereador. No Alqueidão a cobertura do polidesportivo é uma miragem, não vai ser feita, a requalificação também não, a ecovia entre Alcaria e Alvados também não vai ser feita, a recuperação da linha de água do rio, também não, a requalificação do parque da Lagoa e parque de caravanismo, também não. Disse depois que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espera que o senhor Gabriel Vala esteja a ouvir e quando for falso, levante a mão. Na Calvaria a construção da zona de lazer, apoio à construção do Centro Comunitário de S. Jorge...dizendo que isto está tudo no vosso panfleto. Terceira fase do saneamento básico de Mira de Aire, ligação da vila aos principais eixos rodoviários. Nas Pedreiras, onde é que vai ser a construção de um anfiteatro e parque de arborismo, que veio aí inscrito em alguns orçamentos, com verbas de quase quinhentos mil euros. Conclusão do saneamento básico da freguesia, dizendo que estão a arrancar para o saneamento dessa freguesia, que não vai ser concluído, e que estamos a discutir 2021, dizendo não saber se há aqui algum equívoco. Os semáforos de velocidade no IC2, em Porto de Mós a requalificação da zona desportiva continua em projeto. Continuou dizendo que fica um bocado admirado, como é que o PSD agora descobriu as dificuldades de concretizar, ou porque chove, ou porque se tem de fazer os projetos, fazer os estudos ambientais. Está tudo contra este executivo. Isso acontece porque o que foi publicitado foi uma miragem e neste orçamento de 2021, a linha é a mesma. Para concluir, disse que em S. Bento, o Centro Interpretativo da Praia Jurássica já lá tem uma lona. Isso é o que de melhor sabem fazer. Colocam a lona e parece que realmente o projeto fica feito. Serro ventoso, a requalificação das Minas da Bezerra, esperemos que as façam. Os passadiços da Fórnea ... num programa eleitoral, tirar umas fotografias de outro sítio qualquer e dizer, vamos fazer aqui. E depois, chega-se à altura em que se tem de governar e nessa altura têm que se tomar responsabilidades. Abreviando, disse que graças a isto tudo e muito mais que teria para dizer, iria deixar a moção dos deputados do Partido Socialista que votam contra este orçamento. "As propostas do executivo liderado por Jorge Vala para o orçamento e plano plurianual de investimentos para 2021, é uma proposta que como o próprio admite, pode ser resumida a uma tentativa de reiteradas promessas não cumpridas no mandato que se encontra a terminar. Para além disso, muitas das medidas que estão anunciadas, não chegam à realidade do próprio apoio as empresas e famílias, neste período crítico que atravessamos. Numa prestação de contas, à data de outubro, apresenta uma taxa de execução de apenas e somente de 29,04%, ainda inferior à de 2019. Conclui-se que o atual executivo, continua incapaz de executar os projetos a que se propõe tal como aconteceu nos anos anteriores, com taxas de execução fraquíssimas, anos em que não existiram quaisquer constrangimentos e agora tentam usar como desculpa para o fracasso ou tentativa de vitimização graças aos últimos meses. Das medidas que achamos insuficientes, destacamos, a falta de apoio às pequenas e médias empresas, comércio local, restauração, bem como a falta de uma estratégia delineada, para fazer face aos meses de incerteza, que se avizinham. Estratégia global, falta de implementação de medidas concretas de iniciativa a criação de emprego e incapacidade de captação de novas empresas. A falta de incentivo ao arrendamento e fixação de jovens e famílias no concelho projetada no orçamento fornecido para 2024, ausência de uma estratégia de apoio às famílias que poderão vir a passar por maiores dificuldades a curto prazo, face à conjuntura atual do aumento do número de desempregados da entrada potencial de novas empresas em lay off, a falta de medidas estruturais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a coletividades para que se consigam readaptar a estes novos momentos, difíceis que atravessarão. A quebra de inúmeras promessas eleitorais, prometidas e que já não serão concretizadas, como o abastecimento de água durante 2021, sendo que a mesma já foi adiada para 2022. Como as infraestruturas básicas de saúde, da educação, saneamento básico, rede viária, entre outras. Em detrimento disso, a existência de custos de centenas de milhares de euros supostamente no turismo e publicidade sem que seja visível qualquer resultado significativo. O Partido Socialista, numa postura responsável e colaborante, aprovou todas as medidas até aqui, relativas ao atual estado de situação de pandemia e estamos abertos a votar novas medidas, mas infelizmente não as vislumbramos neste orçamento. O Partido Socialista e os portomosenses tiveram 3 anos de expectativa ou ilusão que o atual executivo, tivesse capacidade de concretização nas promessas eleitorais, mas está mais do que provado, pelo que mostrou durante três anos, a incapacidade de cumprir o plano de investimento ao qual ele se propôs, tal como este apresentado novamente. Assim a última proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano deste mandato, para o qual o executivo foi eleito, merecem o voto contra de deputados do Partido Socialista."-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que estando a menos de um ano de eleições autárquicas, se tem de perceber esta argumentação do Partido Socialista, mas há limites para a demagogia. E não sabem fazer contas. Se se tirarem 3,5 milhões ao Orçamento, que é o valor do empréstimo, em quanto é que fica o Orçamento, pergunta. Há coisas que são concretas, que são factos. Esse tal concelho que mais ninguém vê, que era o suprasumo do desenvolvimento económico e que era um concelho que estava na rota certa, foi o concelho que, entre 2010 e 2019, perdeu 1101 pessoas. Pasmese, quando nesses últimos cinco anos, a imigração no distrito de Leiria, aumentou de 40%, mais de 20 000 pessoas e para Porto de Mós, vieram 785, e mesmo com essa entrada, perdemos 1 101 pessoas. Nesse concelho, que vocês viam e mais ninguém via, nós perdemos 101 euros de salário médio nacional. Portanto, não estava tudo bem e não estávamos a ir na rota certa. Como agora certamente há muita coisa que poderia ter sido feita e não foi. Não há executivos perfeitos. Continuou dizendo que enquanto se continuar nesta troca de palavras, não se chega a lado nenhum. Quando alguém diz que não se aposta nas famílias, quando se devolve 2% do IRS, quando se aposta no IMI familiar, quando se baixa a derrama às empresas, e se diz que não se está a fazer nada para ajudar as empresas e as famílias. Então ajudava-se quando? Nos mandatos anteriores? Em que o PSD fazia o papel de oposição e propunha estas medidas, e como bem sabem, o executivo fazia orelhas moucas. Continuou perguntando, reforçar o investimento no saneamento, é bom ou é mau, quando se tem esse problema por resolver? Este é um problema que já devia estar resolvido há dez ou quinze anos atrás. Todos têm culpa. Primeiro os executivos do PSD, e depois os executivos do PS, que deviam ter feito muito mais do que fizeram. Disse que assistiu aqui

753

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dito pelos senhores ex-Presidente e ex Vice-Presidente da Câmara e também pelo senhor Vereador Rui Marto, que o saneamento da Cumeira não tinha solução, era inviável. Pois agora vai-se investir no saneamento da Cumeira perguntando se isso é uma má aposta. Investir e reforçar o investimento na área económica e no desenvolvimento da zona industrial de Porto de Mós, é uma má aposta, perguntou. O Partido Socialista fazia diferente, perguntou. Não continuava a investir naquela zona? Não é absolutamente criminoso não se ter zonas de acolhimento de empresas, quando se precisa tanto de emprego qualificado e Porto de Mós, dizendo estar a referir-se ao concelho, perguntando se não é um investimento válido. Disse ainda que o Partido Socialista passa o tempo a falar das pessoas e da ação social, e este orçamento que tem um reforço de vulto nessa área não tem uma palavra de reconhecimento quanto a isso. A terminar disse que este executivo está a fazer coisas que são absolutamente corretas e que já deviam estar feitas há muito. Porto de Mós foi mais falado nestes últimos três anos, por razões positivas, do que nunca, aparecendo em programas que promovem o concelho e as suas gentes, porque Porto de Mós tem tudo para ser um concelho de referência, na região e no País. Criticar até as coisas que estão certas, não acrescenta nada à discussão. Disse ainda que é facto que é do confronto político que saem as melhores ideias e que faz parte da dinâmica dos Partidos, mas há coisas às quais não se pode fugir. O problema não é estarem 9 milhões em orçamento e serem executados 4 milhões, o problema é saber se essas opções acrescentam valor ou não, se ajudam ou não a resolver aquele que é o problema numero um desta terra que é o envelhecimento e a perda de população, porque as obras são muito importantes, mas só fazem cá falta se cá houver pessoas.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que passou a responder os anteriores intervenientes.-----

-----Começou por responder ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra**, dizendo que a requalificação da estrada Romana e a legalização do espaço, como já lhe havia dito, é uma preocupação do executivo. Sobre os compromissos para Alqueidão da Serra, são aqueles que o senhor enunciou na reunião que tiveram e um deles é o saneamento básico na Rua dos Vales e ruas adjacentes, na tentativa de permitir a cobertura em termos de saneamento básico na freguesia de Alqueidão da Serra. Sobre a cobertura do recinto da escola Primária, disse que a senhora Vereadora está a avaliar essa situação. Quanto às decorações natalícias de que falou, disse que o Município de Porto de Mós, numa lógica de apoio ao comércio local, tem feito nos últimos anos, os enfeites de Natal e tem sido prática nas freguesias, cada uma fazê-lo. Disse que não lhe parece que seja por falta de recursos financeiros que as freguesias não o façam, até porque, como já foi falado aqui hoje, as transferências para as freguesias têm subido substancialmente e no próximo ano, vão ter um valor acrescido, e portanto não lhe parece que seja por isso que as juntas de freguesia não possam fazer esse apontamento de natal. Quanto às comunicações, como sabe, o processo é regulado pela ANACOM e é um processo de investimento nas comunicações que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cabe aos municípios. O que tem vindo a ser feito é insistir com os operadores que têm legitimidade para fazer estes investimentos, no sentido de melhorar as redes. Há situações pontuais, e esta situação pontual de que fala, pode obviar nas comunicações móveis, mas nas comunicações por fibra, os investimentos têm de ser obrigatoriamente feito pela empresa que tem essa capacidade. A **Olga Silvestre**, agradeceu as palavras que esta lhe dirigiu e a forma como adequou a sua intervenção à realidade e àquilo que tem sido este executivo. Relativamente ao Juncal, disse que para o ano que vem estão previstos para a Casa Calado trezentos e vinte e sete mil euros e que vão ser incluídos, porque as coisas estão a ser ultimadas para preparar o lançamento do concurso. Quando aqui vir a revisão para acomodar o saldo de gerência, espera que não vote contra, porque este não vai para uma coisa qualquer mas para aquilo que já está estabelecido em Orçamento. Disse ainda a **Joaquim Santiago** que este executivo está aqui há 3 anos e que não queira comparar 3 anos com 12. O Juncal tem obras em curso e são importantes como já foi aqui dito, mas a obra mais importante do Juncal foi fazer com que o Instituto Educativo do Juncal não fechasse e estava para fechar, e gostava que lhe dissesse o que é que seria do Juncal hoje, se o IEJ tivesse fechado e disse que falasse com a Direção do IEJ, para saber porque é que não fechou. Relativamente a **Antonio Pires**, disse querer destacar aqui a questão do abastecimento de água, dizendo que é uma questão de opção. Disse ainda que já foi confrontado com as palavras de algumas pessoas, algumas delas estão nesta sala, que lhe disseram que para o ano tem de ir pedir votos para onde anda a gastar o dinheiro, que é onde não há pessoas. Mas, disse viver muito bem com essa consciência, de fazer onde é necessário e não de deixar o concelho sem a cobertura de água como é a sua expectativa de o fazer. Quanto à questão colocada por **Samuel Costa**, disse que não está nada preocupado com inaugurações, mas com fazer as coisas e em pagá-las, enquanto Presidente da Câmara. O que vai fazer é dar continuidade a um conjunto de obras que estão em curso, parte delas vão ser pagas no próximo ano, com o Orçamento que espera ser aprovado aqui hoje, outra parte com obras que vão ser lançadas entretanto, obras com alguma dimensão, algum significado e portanto o Orçamento serve exatamente para isto, para dizer qual é a intenção e a estratégia deste executivo e que está lá espelhado. Alguém aqui falou que estavam um conjunto de rubricas abertas de pequeno montante, mas efetivamente isto faz parte do orçamento, porque para evitar revisões, têm de ser abertas as rubricas e naturalmente que depois, fazem-se opções. Há pouco falou-se da zona de contemplação do Chão das Pias para a Fórnea, dizendo que o projeto está concluído, aguardando autorização do ICNF, que será recebida entretanto. Quando houver possibilidade de fazer aquela obra, será feita, mas este ano, tiveram que ser feitas opções. Prefere que lhe digam que não cumpriu, mas ter a consciência de que as pessoas do concelho foram tratadas de forma conveniente perante esta questão da pandemia, do que estar aqui com a bandeira de que fez a zona de contemplação de Chão das Pias mas que não se baixou o IRS, não se atribuiu o IMI familiar, não se apoiaram mil e tal famílias como se estão a apoiar sendo um investimento que se está a fazer no bem-estar das pessoas, e é isso que faz parte da estratégia do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo. A **João Cerejo dos Santos**, disse que os benefícios fiscais são efetivamente evidentes tentando sempre reforçar porque se conseguirem criar as melhores condições para as pessoas se fixarem em Porto de Mós, e tendo mais pessoas, ter-se-á com certeza uma economia mais dinâmica e uma vida mais ativa, tendo depois o retorno na receita. Assi, disse que continua a achar que esta é a estratégia que tem que ser seguida e que este executivo levará até ao fim. Agradeceu ao Dr. **Antonio Carvalho** a análise analítica que fez ao documento, embora lhe pareça que faltou esta explicação da passagem do POCAL para o SNC, porque a sua bancada não percebeu. Este executivo não está a querer governar para os anos 2022/2023, o que se está a fazer é mapeamento para o futuro, como o anterior executivo fez, tendo este apanhado o fim do presente quadro comunitário, não podendo ir agora à procura de uma nova estratégia. Portanto, o que temos neste momento é um quadro muito assente no que foi herdado e uma estratégia assente naquilo que há-de ser. Não admite que lhes digam que está a fazer um orçamento para além de 2021, não aceitando lições de democracia de ninguém, e quando se está a dizer isto, está a fazer-se uma das coisas que mais prejudica a democracia e que é a demagogia. No entanto, disse dirigindo-se ainda a Antonio Carvalho, que algumas das obras, nomeadamente a Central Termoelétrica, que vai ser terminada neste ano, são 2 milhões de euros. Depois será lançada a obra da ALE e o saneamento da Cumeira, cujo investimento é de vulto. A retirada do amianto da Escola Secundária ocorrerá durante o ano de 2021, tendo no entanto receita a 100%. Quanto à intervenção do deputado **Mário Cruz**, disse que algumas coisas infelizmente não conseguiu perceber e portanto classifica a sua intervenção, sem ofensa, como a intervenção de um brincalhão. Continuando ainda fez referência à comparação que aquele deputado fez, com as taxas de execução de 2005/2006. Disse ainda que o ano passado, a taxa de execução da receita foi de 100% e portanto, volta a dizer, em muitas das intervenções, deve-se ser mais rigorosos porque chega à conclusão a votação com base em vaticínios, não tendo conseguido vislumbrar que o senhor deputado tenha alguma coisa contra a estratégia, achando até que a estratégia podia ser concordante, pois no passado leu intervenções suas, a apelar para que o anterior executivo investisse no turismo e explorasse o seu potencial, pelo que acha que a única coisa que o leva a dizer que vai votar contra, não é contra a estratégia, mas é contra o não acreditar que o orçamento vai ser cumprido. Terminou dizendo que o relatório introdutório está bem. As forças políticas que têm assento na Assembleia foram todas ouvidas. Foram consultados os senhores vereadores do Partido Socialista e do Movimento AJSIM. O AJSIM não deu contributo, apenas o vereador Marco Lopes enquanto vereador que está a tempo inteiro e na altura da reunião, deu contributo a vereadora Sofia Pereira em algumas matérias. O Partido Socialista deu o seu contributo, que pensou que iria acrescentar um valor diferente à sua proposta e o contributo que foi dado, disse, foi o seguinte, passando a ler *“Os vereadores da Câmara Municipal de Porto de Mós, pelo Partido Socialista, informam que, após leitura dos elementos fornecidos pelo senhor Presidente, consideram que, tendo em conta a época de pandemia pela qual passamos, será fundamental reforçar as áreas de apoio social e*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresarial, junto dos cidadãos, comércio local e empresas do concelho, principalmente, pequenas e médias empresas. Nos tempos que atravessamos, é fundamental garantir o apoio do município, a manutenção dos postos de trabalho e a colmatar as necessidades das famílias que atravessam momentos verdadeiramente preocupantes. Ainda na área social, sublinhamos ainda, a premente necessidade de arrancar com a habitação social num curto/médio prazo, pelo que deveria haver já investimento no próximo ano." Este foi o contributo do Partido Socialista que respeita, mas queria só deixar duas notas. Habitação Social, o Partido Socialista nunca falou dela. O executivo falou da habitação social da forma como falámos e de repente o Partido Socialista quer investimento já para o ano. Nada melhor do que aquilo que sempre fez, que é está na moda, faz-se, não se planeia, não se pensa, nada. Sobre a questão das eleições, disse que tem a noção da sua dor, porque se juntarem os votos têm mais votos que o PSD. Mas aqui não dá para fazer geringonça, não há possibilidade, porque é o presidente que é eleito. A terceira fase do saneamento de Mira de Aire, disse que já teve duas ou três reuniões com a senhora Diretora do POSEUR, e pese embora se ache que não, a senhora disse-lhe que o executivo sabia que os fundos comunitários iam acabar para municípios individualmente. O município de Porto de Mós tinha dois projetos. O projeto da 2ª fase do saneamento de Mira de Aire, que custava 700 ou 800 mil euros e tinha o da fase a seguir que custava 6,5 milhões de euros. O que é que fez o executivo com participação de 85%, ambos? Candidatou o pequeno e pôs o grande na gaveta. Neste momento, estamos a tentar encontrar uma solução, que se podia ter pensado na altura, tendo em conta o aquífero e a sua contaminação, há sempre forma de tentar justificar esse investimento. É o que se está a tentar fazer para retomar o investimento. Ainda relativamente a apoios comunitários, disse, dirigindo-se a **David Salgueiro**, que este falou na participação da ALE. De facto, sem dúvida. A 1ª fase da ALE vai custar 6,3 milhões de euros, com terrenos incluídos. Participação financeira de 85% do valor elegível, que são setecentos e setenta e quatro mil euros. Não vale a pena dizer que deixaram cá o financiamento aprovado para pagar tudo, porque não é verdade. Relativamente à praia jurássica disse que esta não é nossa, até porque está em fase de classificação de monumento nacional. No que toca à praia jurássica, disse que somos parceiros e o que se pretende é que se invista, que se preserve, querendo criar em conjunto com os restantes municípios do Parque Natural, uma rede de visitaçào. Está a ser feito um investimento, onde nós participamos através a ADSAICA, no monumento nacional das pegadas dos dinossauros e queremos que seja feito um investimento também na visitaçào. Há aqui um problema que a comunidade científica coloca permanentemente, e que é a preservação. Aqueles são achados altamente sensíveis na exposição ao tempo, e tem que se encontrar uma solução. Aquilo que se está a tentar, com quem tem os originais principais é que eles sejam devolvidos à comunidade, para se poder fazer um centro interpretativo, uma zona expositiva, tentando possibilitar a visitaçào daquelas peças únicas, algumas delas as mais antigas até hoje para que possam ser vivenciadas sem se deslocarem à plataforma que está a degradar-se. Terminou dizendo que "temos um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento que aposta no futuro do concelho, numa forma diferente, muito menos assente na "obrazinha" e mais virado para definir questões fundamentais, essenciais para o concelho, e que são coisas que dão um transtorno enorme às pessoas, fica enterrado e no fim os senhores cá virão, daqui a uns tempos, dizer que nós não fizemos nada. O investimento está feito e o futuro e bem-estar das pessoas ficam garantidos, e por isso é que eu digo, que sairei sempre daqui com a consciência tranquila se conseguir concretizar estas obras".-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Documentos Previsionais para os anos 2021-2025** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções, 9 (nove) votos contra e 18 (dezoito) votos a favor.**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Medidas de execução do orçamento para o ano de 2021- que foi **aprovado por maioria com 3 (três) abstenções, 9 (nove) votos contra e 18 (dezoito) votos a favor.**-----

-----**4. Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2021:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou explicitar a proposta que foi presente e aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara de 16.11.2020, tendo ainda sido deliberado submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando, por um lado, o disposto no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

-----Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66 -B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerando, que o art.º 12.º da Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos, conforme art.º 14.º, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação dos documentos previsionais.-----

-----Impõe-se a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art.º 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).-----

-----Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:-----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66 -B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66 -B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março.-----

-----4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2.-----

-----Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prévia genérica que ora se propõe."-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse, que com todo o respeito e simpatia, mas politicamente tem que lhe dizer acerca da gerigonça, que fez, e fê-la com o vereador Marco Lopes, com quem conversou individualmente. Quanto à questão dos contributos para o orçamento, disse que uma coisa é a realidade e outra coisa é a retórica política, a menos, e não a tem nessa conta, a vereadora sem pelouro, eleita pelo Movimento Independente, transmitiu-lhe que o Orçamento foi-lhe apresentado como um facto consumado. E mais, felicitou o senhor Presidente quando no primeiro ano, reuniu, nomeadamente com os líderes de bancada, apresentando o orçamento e pedindo sugestões. O que não pode é dizer que foram pedidas sugestões ao Grupo de Independentes, que não foram. Quanto à estratégia, há a estratégia que está aqui subjacente, concorda, mas o que não se pode é votar um documento favoravelmente, que na sua opinião não vai ser executado.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que aproveitando o embalo do deputado Mário Cruz, também iria falar de tudo menos do ponto em discussão, porque depois não teria oportunidade. O programa eleitoral do PS e do AJSIM foi a votos, e o povo, em 2017, soberanamente e democraticamente elegeu o PSD. As declarações do PS e do AJSIM quanto ao Orçamento, não são politicamente honestas e os senhores podem votar contra até só porque sim, mas depois de terem governado a Câmara como o fizeram durante doze anos, virem agora por pura demagogia eleitoralista, isto é no mínimo eticamente incorreto. O que os senhores fizeram, foi um rol de anúncios moralistas e propagandistas, não tendo dado qualquer proposta concreta. Porto de Mós precisa que seja retirado o amianto da escola, sim senhor deputado, mas também precisa que a escola seja requalificada e ampliada e isso depende do Governo. A obra que devia ter sido há muito feito, na altura em que todas as escolas foram requalificadas na zona, e Porto de Mós ficou para trás, não tendo aproveitado os fundos comunitários da altura. O direito aos cuidados de saúde, é um direito constitucional e no passado como hoje, é da responsabilidade do Governo Central. Os cuidados de saúde primários, têm de ser assegurados pelo Governo Central. A falta de médico é um problema de Porto de Mós, mas também é um problema do País, e senhor deputado, quando lhe perguntou pela falta de médicos no concelho respondeu zero, e quanto à falta de delegado de saúde, respondeu que havia novos médicos de saúde pública.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 4 da Ordem de Trabalhos -
Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2021 -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posta a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 4 (quatro) votos contra**.-----

----- **5. Mapa de Pessoal para o Ano de 2021:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou explicitar a proposta que foi presente e aprovada por maioria, em reunião de Câmara de 16.11.2020, tendo ainda sido deliberado submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve: -----

-----“O Município de Porto de Mós, enquanto empregador público, anualmente planear as suas atividades de natureza permanente ou temporária, tendo presente a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis. Para dar resposta a toda a atividade municipal, deve-se planear e pugnar por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, competindo no caso em particular, ao dirigente máximo do serviço, o Presidente da Câmara Municipal, a elaboração do mapa de pessoal, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhado da proposta de Orçamento Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 28.º da LTFP.-----

-----O mapa de pessoal, elaborado em conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da LTFP, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.-----

-----A proposta do mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função: a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. O mapa de pessoal é aprovado pela Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo afixado no órgão ou serviço e disponibilizado na página eletrónica institucional do município. A estrutura do mapa de pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existente no Município de Porto de Mós.-----

-----Da proposta apresentada, prevêem-se 8 novos posto de trabalho a tempo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indeterminado e 1 por tempo determinado, que correspondem a:-----

-----a) 5 Postos de trabalho cujo procedimento concurso está a decorrer;-----

-----b) 1 Posto de trabalho para eventual consolidação de mobilidade intercarreiras;-----

-----c) 1 Posto para eventual preenchimento de posto de trabalho por tempo indeterminado, cujo posto de trabalho está preenchido por tempo determinado;-----

-----d) 1 Posto de trabalho para eventual preenchimento de pessoal para educação em função de necessidades que ocorram;-----

-----e) 1 Posto de trabalho por tempo determinado para serviços diversos, especialmente na área de limpeza de instalações;-----

-----Em face do atrás aludido e, nos termos da legislação supra referenciada, proponho a aprovação da presente proposta, para que possa ser submetida à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências daquele órgão do Município."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 5 da Ordem de Trabalhos - **Mapa de Pessoal para o Ano de 2021** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3 (três) abstenções**.-----

-----**6. Transferência de competências para as freguesias do concelho:**-----

-----O senhor Presidente, usou da palavra dizendo que queria deixar uma nota que queria relevar. Por proposta dos senhores Presidentes de Junta, foi criada uma comissão que integra quatro Presidentes de Junta, um de cada força partidária e dois independentes. Esta comissão em conjunto com o Adjunto do Presidente da Câmara fizeram um trabalho no sentido de serem criados critérios, que posteriormente foram apresentados a todos os Presidentes de Junta, posto o que foram validados os valores, tendo depois sido submetidos a reunião de Câmara de 16.11. 2020, cuja proposta se passa a transcrever:-----

-----"Considerando que:-----

-----As autarquias locais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico e social dos seus territórios, tendo assumido um papel inquestionável no processo de democratização;-----

-----Os governos locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel de catalisador no processo de desenvolvimento local, quer em virtude da sua legitimidade democrática, quer da sua proximidade aos cidadãos;-----

-----Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, ficou definido, ainda que de forma abstrata, o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nos termos referidos na supracitada Lei, a transferência das novas competências para as autarquias locais, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;-----

-----A referida Lei que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2018, admitindo a sua concretização gradual, nos termos nele previstos.-----

-----O diploma de âmbito setorial, publicado, no âmbito das Freguesias – Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das Freguesias, determina no seu artigo 2º, as matérias que são da competência dos órgãos das Freguesias.-----

-----O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a Lei-quadro, prevê que, no prazo de noventa dias após a sua entrada em vigor, a câmara municipal e cada uma das Juntas de Freguesia deverão acordar uma proposta para a transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências previstas no n.º 1 do seu artigo 2.º;-----

-----No entanto, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2º do mesmo diploma, a assembleia municipal sob proposta da câmara municipal (acompanhada do parecer de cada junta de freguesia), pode deliberar manter as referidas competências, no todo, ou em parte, que entenda indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município;-----

-----A assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberou na sua sessão de 27 de junho de 2019 manter no âmbito de intervenção do município as competências constantes das alíneas do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, após a pronúncia positiva de concordância de cada uma das juntas de freguesia do concelho, que acompanhou a referida proposta da câmara municipal;-----

-----De acordo com a norma transitória consagrada no Decreto-Lei n.º 57/2020, de 30 de abril, esse regime aplica-se só até ao presente ano de 2020, e que, a partir de 1 de janeiro de 2021, torna-se imperativo a aplicação do regime daquele decreto-lei.-----

-----Nessa conformidade, iniciou-se um novo processo de negociação com as freguesias, onde foi criada uma comissão composta por um elemento do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal e quatro Presidentes de Freguesia, mais concretamente das freguesias de Alqueidão da Serra, Pedreiras, Porto de Mós e Serro Ventoso. Nesta comissão foram definidos todos os critérios para cada uma das competências a transferir, recorrendo ao histórico de despesas efetuado por ambos os órgãos, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, na matéria concreta em análise.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi acordado manter no âmbito das Freguesias as competências anteriormente objeto de delegação legal por via do Acordo de Execução, à exceção da gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.-----

-----Nos termos do n.º 1 e 2 deste diploma legal, a câmara municipal e cada uma das juntas de freguesia acordam uma proposta para a transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências previstas no artigo 2.º, a qual deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que, anualmente, são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência da transferência das competências. Esta proposta para a transferência de recursos para as freguesias que obtenha o acordo da câmara municipal e da junta de freguesia é submetida à aprovação dos órgãos deliberativos respetivos nos 30 dias corridos subsequentes. ---

-----Assim sendo, e de acordo com os considerandos em supra, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência conferida pela alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal a aprovação e celebração, entre o Município de Porto de Mós e as Freguesias do Concelho, o acordo de transferência de recursos em anexo, para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril."-----

-----O senhor Presidente terminou, dizendo que se trata de um processo transparente, perfeitamente democrático e que pensa irá servir bem as freguesias sob o ponto de vista financeiro, não podendo deixar de referir também, que o município continua a ser parceiro, naquilo que são as necessidades mais básicas das Juntas de Freguesia, acreditando que esta interajuda entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal, valoriza o território mas também dignifica as funções que são exercidas. Vão receber no conjunto, de despesas correntes, muito perto de quinhentos mil euros, lembrando que em 2017, recebiam cerca de metade. -----

-----Não havendo pedidos de inscrição, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 7 da Ordem de Trabalhos - **Transferência de competências para as freguesias do concelho** - tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente declarou encerrados os trabalhos, marcando a segunda reunião desta sessão para dia 9 de dezembro, pelas 20.00 horas, dando assim cumprimento ao estabelecido no artigo 11º do Decreto 9/2020 de 21 de novembro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
